



DIÁRIO

República Federativa do Brasil

DO CONGRESSO NACIONAL

SEÇÃO II

ANO XLVII — Nº 122

TERÇA-FEIRA, 4 DE AGOSTO DE 1992

BRASÍLIA — DF

SENADO FEDERAL

SUMÁRIO

1 — ATA DA 139ª SESSÃO, EM 3 DE AGOSTO DE 1992

1.1 — ABERTURA

1.2 — EXPEDIENTE

1.2.1 — Avisos do Ministro das Minas e Energia

Nº 132 e 133/92, encaminhando informações sobre os quesitos constantes dos Requerimentos nº 113 e 162/92, de autoria dos Senadores Eduardo Suplicy e Jutahy Magalhães.

1.2.2 — Leitura de Projeto

— Projeto de Resolução nº 54, de 1992, de autoria do Senador Lourival Baptista e outros Senadores, que proíbe o uso do fumo e seus derivados no recinto do plenário do Senado Federal.

1.2.3 — Comunicações

— Do Senador Moisés Abrão, de ausência dos trabalhos da Casa, a partir do dia 10 de julho de 1992.

— Do Senador Garibaldi Alves Filho, de ausência dos trabalhos da Casa no período de 10 a 19 de julho do corrente ano.

— Do Senador Darcy Ribeiro, que se ausentará dos trabalhos da Casa no período de 3 a 7 de agosto do corrente ano.

1.2.4 — Requerimentos

— Nº 545/92, de autoria do Senador Coutinho Jorge, solicitando licença para tratamento de saúde, no período de 7 a 10 de julho do corrente ano. **Aprovado.**

— Nº 546/92, de autoria do Senador Henrique Almeida, solicitando licença para tratamento de saúde, no período de 18 a 27 de agosto do corrente ano. **Aprovado.**

1.2.5 — Comunicação da Presidência

— Aprovação, pela Comissão Diretora, dos Requerimentos nº 514, 516, 518, 522 e 525, de 1992, de autoria dos Senadores Pedro Simon, Esperidião Amin, Nelson

Carneiro e Nelson Wedekin, de informações aos Ministérios da Economia, Fazenda e Planejamento, da Previdência Social, das Relações Exteriores e da Aeronáutica.

1.2.6 — Requerimento

— Nº 547/92, de autoria do Senador Lourival Baptista, solicitando a transcrição, nos Anais do Senado, do artigo “Balanço Positivo”, publicado no *Diário do Nordeste* de 1º de agosto de 1992.

1.2.7 — Discursos do Expediente

SENADOR ANTONIO MARIZ — Razões da apresentação do requerimento de informações ao Ministro da Educação, José Goldemberg a respeito de remanejamento de verbas do Ministério para outras áreas com fim político.

SENADOR LOURIVAL BAPTISTA — Transcurso dos 80 anos do escritor Jorge Amado.

SENADOR CHAGAS RODRIGUES — Premência de providências em favor das populações flageladas da seca no Nordeste, particularmente do Piauí.

SENADOR NELSON CARNEIRO — 50º aniversário da fundação do Senai. Homenagem póstuma ao líder comunitário de Conceição do Macabu — RJ, Francisco Tobias.

SENADOR EDUARDO SUP LICY — Considerações sobre notícias veiculadas em órgãos da Imprensa, a respeito da possível liberação de recursos públicos para entendimentos políticos.

1.3 — ORDEM DO DIA

Projeto de Lei da Câmara nº 58, de 1992-Complementar (nº 73/91, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que institui a Lei Orgânica da Advocacia-Geral da União, e dá outras providências. **Discursão encerrada**, ficando a votação adiada por falta de quorum.

EXPEDIENTE**CENTRO GRÁFICO DO SENADO FEDERAL****MANOEL VILELA DE MAGALHÃES**

Diretor-Geral do Senado Federal

AGACIEL DA SILVA MALA

Diretor Executivo

CARLOS HOMERO VIEIRA NINA

Diretor Administrativo

LUIZ CARLOS BASTOS

Diretor Industrial

FLORIAN AUGUSTO COUTINHO MADRUGA

Diretor Adjunto

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

Impresso sob responsabilidade da Mesa do Senado Federal

ASSINATURAS

Semestral Cr\$ 70.000,00

Tiragem 1.200 exemplares

Projeto de Decreto Legislativo nº 57, de 1992 (nº 91/91, na Câmara dos Deputados), que renova a permissão outorgada à RBC — Rede Bahiana de Comunicação Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na Cidade de Feira de Santana, Estado da Bahia. **Discussão encerrada**, ficando a votação adiada por falta de quorum, após parecer de plenário favorável ao projeto.

Projeto de Lei do Senado nº 121, de 1991, de autoria do Senador Marco Maciel, que determina a contagem de tempo como de serviço no exterior, para todos os fins, o tempo de licença de diplomata cônjuge de diplomata em exercício no exterior. **Discussão encerrada**, ficando a votação adiada por falta de quorum.

1.3.1 — Comunicação da Presidência

— Término do prazo para apresentação de emendas aos Projetos de Lei do Senado nºs 10, 95, e 132/91, sendo que ao primeiro não foram apresentadas emendas e aos dois últimos foram apresentados substitutivos.

1.3.2 — Designação da Ordem do Dia da próxima sessão.**1.4 — ENCERRAMENTO****2 — RETIFICAÇÃO**

Ata da 137ª Sessão, realizada em 30-6-92

3 — ATOS DO PRESIDENTE

Nºs 314 e 315/92.

4 — SECRETARIA-GERAL DA MESA

Resenha das matérias apreciadas de 1º a 31 de julho de 1992.

5 — ATA DE COMISSÃO**6 — MESA DIRETORA****7 — LÍDERES E VICE-LÍDERES DE PARTIDOS****8 — COMPOSIÇÃO DAS COMISSÕES PERMANENTES****SUMÁRIO DA ATA DA 137ª SESSÃO
REALIZADA EM 30-6-92**

(Publicado no DCN (Seção II), de 1º-7-92)

RETIFICAÇÃO

Na publicação do Sumário, feita no DCN (Seção II), de 1º-7-92, na página nº 5467, 1ª coluna, no item 1.2.6 — **Comunicações da Presidência**.

Onde se lê:

— Prazo para tramitação e apresentação de emendas ao Projeto de Decreto Legislativo nº 78/92, lido anteriormente.

Leia-se:

— Prazo para tramitação e apresentação de emendas ao Projeto de Decreto Legislativo nº 72/92, lido anteriormente.

**SUMÁRIO DA ATA DA 1ª SESSÃO
REALIZADA EM 1º DE JULHO DE 1992**

(Publicado no DCN (Sessão II), de 2-7-92)

RETIFICAÇÃO

Na página 5561, 1ª coluna, no item 1.2.5 — **Requerimento**,

Onde se lê:

— Nº 477/92, do Senador Iram Saraiva, solicitando que sejam considerados como licença autorizada os dias 4 de julho e 5 de agosto do corrente. **Aprovado.**

Leia-se:

— Nº 477/92, do Senador Iram Saraiva, solicitando que sejam considerados como licença autorizada as ausências de S. Exª compreendidas entre 4 de julho e 5 de agosto do corrente. **Aprovado.**

Ata da 139ª Sessão, em 3 de agosto de 1992

2ª Sessão Legislativa Ordinária, da 49ª Legislatura

Presidência dos Srs. Mauro Benevides, Nabor Júnior e Francisco Rollemberg.

ÀS 14 HORAS E 30 MINUTOS, ACHAM-SE PRESENTES OS SRS. SENADORES:

Alexandre Costa – Alfredo Campos – Antonio Mariz – César Dias – Chagas Rodrigues – Eptácio Cafeteira – Garibaldi Alves – Guilherme Palmeira – Humberto Lucena – João França – João Rocha – Josaphat Marinho – José Paulo Bisol – Lourival Baptista – Mauro Benevides – Nabor Júnior – Nelson Carneiro – Rachid Saldanha Derzi.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) — A lista de presença acusa o comparecimento de 18 Srs. Senadores. Havendo número regimental, declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O Sr. 1º Secretário procederá à leitura do Expediente.

É lido o seguinte

EXPEDIENTE AVISO

DO MINISTRO DE MINAS E ENERGIA

Nº 132/92, de 31 de julho último, encaminhando informações sobre os quesitos constantes do Requerimento nº 113, de 1992, de autoria do Senador Eduardo Suplicy; e

Nº 133/92, de 31 de julho último, encaminhando informações parciais sobre os quesitos constantes do Requerimento nº 162, de 1992, de autoria do Senador Jutahy Magalhães.

As informações foram encaminhadas, em cópias, aos Requerentes.

O Requerimento nº 113, de 1992, vai ao arquivo; e o de nº 162, de 1992, ficará na Secretaria-Geral da Mesa aguardando complementação das informações.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) — Sobre a mesa, projeto de resolução que será lido pelo Sr. 1º Secretário.

É lido o seguinte

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 54, DE 1992

Proíbe o uso do fumo e seus derivados no recinto do plenário do Senado Federal.

O Senado Federal resolve:

Artigo único. O Regimento Interno do Senado, aprovado pela Resolução nº 93, de 1970, com as alterações posteriores, passa a vigorar acrescido do seguinte parágrafo ao art. 184:

“Art. 184.....

Parágrafo único. A qualquer pessoa é vedado fumar no recinto do plenário.”

Justificação

Acompanhando a evolução da consciência mundial sobre os malefícios do fumo, proclamada pelos setores mais especia-

lizados da medicina e da saúde pública, cujos estudos, pesquisas e observações têm comprovado que o fumo é agente causador de doenças fatais, como os diversos tipos de cânceres, doenças pulmonares e cardiovasculares, não somente aos que fumam, bem como aos que respiram o ar contaminado do ambiente, desde 1980 já pronunciei, nesta Casa, uma centena de discursos, mostrando e comentando os terríveis males que o cigarro e outros derivados do fumo provocam na saúde da população, em todo o mundo.

Somente no Brasil, mais de 100 mil pessoas morrem, a cada ano, em consequência do vício de fumar.

Durante a Assembléia Nacional Constituinte, a discussão em torno do assunto convenceu os legisladores de incluírem na Carta Magna vários dispositivos que disciplinam e amparam as ações e normas objetivando preservar a saúde pública (Art. 196), evitar a publicidade enganosa que a prejudique (Art. 220, § 4º), e proteger o meio ambiente, patrimônio indispensável para a qualidade de vida, da ação destrutiva e perniciosa de agentes diversos, inclusive o fumo (Art. 225 V e VI).

A Câmara dos Deputados, manifestando a vontade e interesse da sociedade, incluiu em seu Regimento Interno o seguinte dispositivo, no Título III, Das Seções da Câmara:

“Art. 73.....

XIV — a qualquer pessoa é vedado fumar no recinto do plenário.”

Conforme previsto em nossa Constituição “A saúde é direito de todos e dever do Estado”.

Portanto, o Senado da República não poderá se negar a uma medida de coerência com a Câmara dos Deputados no interesse maior da saúde da população.

Sobre o tema desta Proposição apresentei o Projeto de Resolução nº 53, de 1981, datado de 25 de junho, o qual teve a assinatura de 54, dos 67 Senadores de então. Esse Projeto, embora com parecer favorável da Comissão de Constituição e Justiça, foi definitivamente arquivado por caducidade em sua tramitação. Pode-se afirmar: foi intencionalmente esquecido em alguma gaveta da Casa, o que é lamentável.

Onze anos depois, animado com a receptividade dos Senhores Senadores em recente discurso sobre a matéria, e ainda mais convicto da relevância e alta significação da medida que o Senado poderá tomar aprovando a presente proposição a reïterar e justificar com o lastro das informações e denúncias feitas em mais de 50 mil publicações científicas condenando o tabagismo como o maior flagelo desse século, a maior causa evitável de doenças e morte, fato já comprovado pela própria Organização Mundial de Saúde.

O objetivo desse Projeto de Resolução visa, mais do que simplesmente preservar, da poluição ambiental o recinto do Plenário da Casa, a saúde dos que nele trabalham e os efeitos danosos dos resíduos da fumaça nos equipamentos eletrônicos, principalmente, num gesto formal e solene, uma atitude pública do Senado Federal em defesa da saúde de todos os brasileiros.

Sala das Sessões, 3 de agosto de 1992. — Senador Lourival Baptista — Jutahy Magalhães — Chagas Rorrigues — Jonas Ponheiro — Aureo Mello — Maurício Corrêa — Elcio Álvares — José Eduardo — Albano Franco — Humberto Lucena — José Paulo Bisol — Dirceu Carneiro — Coutinho Jorge — Francisco Rollemberg — João França — Magno Bacelar — Cesar Dias — Irapuan Costa Júnior — José Fogaça — Nabor Júnior — Mauro Benevides — Meira Filho — Alexandre Costa — Flaviano Melo — Marcio Lacerda — Eptácio Cafeteira — Carlos De' Carli — Marco Maciel — Valmir Campelo — Dario Pereira — José Richa — Ney Maranhão — Lucídio Portella — Onofre Quinan — Esperidião Amin — Wilson Martins — Julio Campos — Ronaldo Aragão — Raimundo Lira — Mário Covas — Teotônio Vilela Filho — Rachid Saldanha Derzi — Gerson Camata — Louremberg Nunes Rocha — Eduardo Suplicy — Garibaldi Alves Filho — Divaldo Suruagy — Jarbas Passarinho — Nelson Carneiro — Beni Veras — Pedro Simon — Junia Marise — Nelson Wedekin — Josaphat Marinho — Cid Sabóia de Carvalho — Eneas Farias — Mansueto de Lavor — Ronan Tito — Lavoisier Maia — Fernando Henrique Cardoso — Amazonino Mendes — Hugo Napoleão — Darcy Ribeiro — Carlos Patrocínio — José Sarney — Ruy Bacelar — Antônio Mariz — Guilherme Palmeira — Levi Dias — Amir Lando — João Rocha.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SENADOR LOURIVAL BAPTISTA

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 53, DE 1981

Proíbe o uso do fumo em dependências do Senado que menciona.

O Senado Federal resolve:

Artigo único. O Regimento Interno do Senado, baixado pela Resolução nº 93, de 1970, passa a vigorar acrescido do seguinte artigo:

“Art. 430 A — Durante as sessões, é proibido fumar no plenário do Senado e nas salas de suas Comissões.”

Justificação

Por várias vezes tive a oportunidade de, em campanha que me propus fazer, ocupar a Tribuna, para alertar a Casa e, através dela, a Nação, sobre os malefícios do fumo.

No que me diz respeito, verifiquei com satisfação, através de inúmeros apartes de meus nobres colegas, que não estava sozinho nessa campanha.

Vários Senadores deram o seu testemunho pessoal sobre os males acarretados pelo uso do fumo e, muitos deles, se engajaram na campanha, com coragem e patriotismo, havendo os Senadores Affonso Camargo e Evandro Carneira, apresentado Projetos de Lei específicos.

Como é do conhecimento geral, inúmeras vezes se têm levantado — tanto no Senado Federal, como na Câmara dos Deputados — contra o vício de fumar, advertindo a Nação brasileira para os nocivos efeitos do excessivo consumo de cigarro, que prejudicam a saúde e o bem-estar de quase 25 milhões de fumantes de nossa Terra.

Somos, nesta Casa do Poder Legislativo, 67 Senadores, dos quais, 47 não fumam e dos 20 que ainda persistem nesse hábito, alguns vêm reduzindo a quantidade de cigarros diariamente consumidos.

O ideal seria que o Poder Executivo, a par do atendimento médico-hospitalar normalmente prestado, desenvolvesse in-

tenso campanha de esclarecimento sobre essas doenças “voluntariamente adquiridas”.

Com este projeto, pretende-se avançar no sentido de proibir o uso do fumo no plenário e nas salas de reuniões das Comissões Técnicas do Senado Federal,

— ponto de partida para outros projetos mais complexos, abrangentes e decisivos.

Sala das Sessões, 25 de junho de 1981. — Senadores Gastão Müller — Jorge Kalume — José Sarney — Dirceu Carneiro — Luiz Cavalcante — Passos Pôrto — Hugo Ramos — Luis Viana — Eunice — Michiles — Orestes Quêrcia — Tarso Dutra — Alberto Silva — Dinarte Mariz — Gabriel Hermes — João Calmon — Aderbal Jurema — Aloysio Chaves — Cunha Lima — Helvídio Nunes — Almir Pinto — Nilo Coelho — Murilo Badaró — Leite Chaves — Paulo Brosard — Roberto Saturnino — Franco Montoro — Amaral Peixoto — Alexandre Costa — Affonso Camargo — Itamar Franco — Evandro Carneira — Benedito Canelas — Jutahy Magalhães — Lomanto Júnior — Martins Filho — Bernardino Viana — Maria Syrlei — Laélia de Alcântara — José Caixeta — Mauro Benevides — José Fragelli — Tancredo Neves — José Lins — José Guimard — Moacyr Dalla — Gilvan Rocha — João Lúcio — Luiz Fernando Freire — Raimundo Parente — Teotônio Vilela — Lázaro Barbosa.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) — O projeto de resolução que acaba de ser lido ficará sobre a mesa durante cinco sessões ordinárias, a fim de receber emendas, nos termos do § 1º do art. 401 do Regimento Interno. Findo esse prazo, será remetido às Comissões competentes.

Sobre a mesa, comunicações que serão lidas pelo Sr. 1º Secretário.

São lidas as seguintes

Em 9 de julho de 1992

Senhor Presidente,

Tenho a honra de comunicar a Vossa Excelência, de acordo com o disposto no art. 39, alínea a, do Regimento Interno, que me ausentarei dos trabalhos da Casa, para breve viagem ao estrangeiro, em caráter particular, a partir do dia 10 de julho de 1992.

Atenciosas saudações, — Senador Moisés Abrão.

Of. GSGALV-039/92

Brasília-DF, 20 de julho de 1992

Senhor Presidente,

Comunico a V. Exª que estive ausente dos trabalhos do Congresso Nacional no período de 10 a 19 de julho do corrente ano, em virtude de estar acompanhando evolução do quadro clínico de pessoa de minha família, que encontra-se internada na UTI do Hospital Albert Einstein em São Paulo, vitimada por acidente automobilístico.

Certo da compreensão de V. Exª para o exposto, coloco-me a sua inteira disposição para quaisquer esclarecimentos que se fizerem necessários.

Atenciosamente. — Senador Garibaldi Alves Filho.

GSDR OFÍCIO Nº 13/92

Brasília, 10 de julho de 1992

Senhor Presidente,

Fui honrado com convite do Governo da Espanha para participar da inauguração da Casa de América, instituição recém-criada em Madrid, semelhante ao Memorial da América Latina, Abrirei lá o ciclo de conferências sobre os 500

anos do descobrimento da América e passarei a integrar o Conselho da Cátedra Simon Bolívar.

Em consequência, dirijo-me a V. Ex^a, nos termos do Regimento da Casa, para dizer que desejo atender a esse honroso convite, na qualidade de Senador da República, afastando-me do país de 3 a 7 de agosto de 1992.

Valho-me desta oportunidade para renovar a V. Ex^a meus protestos de estima e apreço.

Atenciosamente, — Senador Darcy Ribeiro.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) — O expediente lido vai à publicação.

Sobre a mesa, requerimento que será lido pelo Sr. 1º Secretário.

É lido e aprovado o seguinte

REQUERIMENTO Nº 545, DE 1992

Exm^o. Sr. Presidente do Senado Federal, Senador Mauro Benevides,

Requeiro na forma regimental o meu afastamento dos trabalhos desta Casa, no período de 7 a 10 do mês de julho do corrente ano, para tratamento de saúde, a ser realizado em São Paulo-SP, conforme atestado em anexo.

Brasília, 7 de julho de 1992. — Senador Coutinho Jorge.

SENADO FEDERAL

Subsecretaria de Assistência Médica e Social

Atestado -

Atesto para fins de prova junto ao Senado Federal que o Sr. Senador Fernando Coutinho Jorge encontra-se impossibilitado de comparecer às suas atividades parlamentares durante o período de 07 a 10 julho em virtude de necessidade submeter-se a uma intervenção cirúrgica

CD - 550.9/3

07/07/92


Dr. Edelson Bargino Coelho
CIRURGIA GERAL
CRM-DF 1452 - CPF 066.902.971-87

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) — Aprovado o requerimento, que está devidamente instruído com atestado médico, previsto no art. 43 do Regimento Interno, fica concedida a licença solicitada.

Sobre a mesa, requerimento que será lido pelo Sr. 1º secretário.

É lido e aprovado o seguinte

REQUERIMENTO Nº 546, DE 1992

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, licença por motivo de doença, no período de 18 a 27 do mês em curso, conforme laudo de inspeção de saúde em anexo.

Brasília, 22 de julho de 1992. — Senador Henrique Almeida.

SENADO FEDERAL Subsecretaria de Assistência Médica e Social Subsecretaria de Administração de Pessoal		SEPROT AUTENTICADOR
CONCESSÃO DE LICENÇA		
IDENTIFICAÇÃO NOME DO SERVIDOR: <u>Henrique do Rocio Almeida</u> PRONTUÁRIO: _____ REGIME JURÍDICO: ☐ ESTATUTÁRIO ☐ CLT ORGÃO: ☒ SENADO FEDERAL ☐ PRODASEN ☐ CEGRAF		Nº DO PROTOCOLO: _____
TIPO ☒ TRATAMENTO DE SAÚDE ☐ REPOUSO À GESTANTE ☐ ACIDENTE DE TRABALHO ☐ DOENÇA EM PESSOA DA FAMÍLIA GRAU DE PARENTESCO: _____	LICENÇA AFASTAMENTO: <u>18.07.92</u> Nº DE DIAS: <u>10 (dez)</u>	SITUAÇÃO ☒ CONCESSÃO INICIAL ☐ PRORROGAÇÃO ☐ ABONO-ART. 383/13º ☐ REASSUNÇÃO
CID: <u>481</u>	MÉDICO/CARIMBO/ASSINATURA: <u>BRASÍLIA, 22/07/92</u>	
JUNTA MÉDICA CARIMBOS/ASSINATURAS:		
PRESIDENTE: <u>[Assinatura]</u> MEMBROS: <u>[Assinatura]</u> <u>[Assinatura]</u> <u>[Assinatura]</u>		
FUNDAMENTAÇÃO LEGAL ☐ Arts. 375, 376, parágrafo único, 377, 378, 380, 381 e 382 do Regulamento Administrativo. ☐ Arts. 541 do RA, 25, parágrafo único, da Lei nº 3.807, de 26-08-60, e 79, §§ 1º e 2º, do Dec. nº 83.080, de 24-01-79. ☐ Arts. 385, §§ 1º e 2º, e 541 do Regulamento Administrativo e 392, §§ 1º ao 4º, da CLT. ☐ Art. 384, §§ 1º ao 4º do Regulamento Administrativo.		
5 Adicionado ao(s) período(s) anteriores, perfaz um total de _____ dias. À consideração da Sra. Diretora da Subsecretaria de Administração de Pessoal. Em _____ CHEFE DO SEPROT		
6 ☐ De acordo. Ao Sr. Diretor-Geral, na forma do art. 383, I, do Regulamento Administrativo. ☐ De acordo. Ao Sr. Diretor-Geral para submeter à consideração do Sr. Primeiro-Secretário, na forma do art. 383, II, do Regulamento Administrativo. Em _____ DIRETORA DA ESAPES		
7 ☐ Deferir, na forma do art. 383, I, do Regulamento Administrativo. ☐ Encaminhar-se ao Sr. Primeiro-Secretário, na forma do art. 383, II, do Regulamento Administrativo. Em _____ DIRETOR GERAL		

Dr. JOÃO MANUEL C. MARTINS
CLÍNICA MÉDICA - REUMATOLOGIA
CRM 3092

Atestado

Atesto para fins de prova ao Senado
Federal que o Sen. Henrique do Rego Almeida
estive internado no Hospital de Caridade da
Irm. da Ate. Lora de Curitiba de 18 (dezoito) a
20 (vinte) do corrente devido a CID 481, devendo
permanecer sob repouso domiciliar e em tratamento
até o próximo dia 27 (vinte e sete)

Dr. JOÃO M. C. MARTINS
CRM 3092 - CPF 08237

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) — Aprovado o requerimento, que está devidamente instruído com atestado médico, previsto no art. 43 do Regimento Interno, fica concedida a licença solicitada.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) — A Presidência comunica ao Plenário que a Comissão Diretora, em reunião realizada no dia 27 de julho último, aprovou os Requerimentos nºs 514, 516, 518, 522 e 525, de 1992, de autoria dos Senadores Pedro Simon, Esperidião Amin, Nelson Carneiro e Nelson Wedekin, de informações aos Ministérios da Economia, Fazenda e Planejamento, da Previdência Social, das Relações Exteriores e da Aeronáutica.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) — Sobre a mesa, requerimento que será lido pelo Sr. 1º Secretário.

É lido o seguinte

REQUERIMENTO Nº 547, DE 1992

Nos termos do art. 210 do Regimento Interno, requeiro a transcrição, nos Anais do Senado, do artigo "Balanço Positivo," publicado no *Diário do Nordeste* no dia 1º de agosto de 1992.

Sala das Sessões, 3 de agosto de 1992. — Senador **Lourival Baptista**.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) — A matéria vai ao exame da Comissão Diretora.

Há oradores inscritos.

Concedo a palavra ao primeiro orador inscrito, o nobre Senador Antônio Mariz.

O SR. ANTÔNIO MARIZ (PMDB — PB. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores, no início do mês de julho, o País foi surpreendido com o estrépido provocado pela revelação de uma fita gravada em vídeo, na qual o Senhor Presidente da República, em pronunciamento feito ainda em 1988, acusava o Ministro da Educação — hoje, seu Ministro-Chefe da Casa Civil e, então Ministro da Educação do Governo José Sarney — de utilizar os recursos do seu Ministério para o aliciamento político no ano eleitoral, quando das eleições municipais de 1988. Sua Excelência chegava ao extremo de classificar, de forma desairosa, o Ministro Jorge Bornhausen como "mala preta". E essa designação se constituiu na chave de todo o noticiário.

O *Correio Braziliense* dizia, no dia 2 de julho:

"O ataque mais forte, contudo, foi contra Jorge Bornhausen que — segundo ele — chegava com a mala preta cheia de dinheiro, e dizia para o seu pessoal: — Toma este dinheiro para você construir um prédio, mas você aplica na campanha de fulano e lá na frente você presta contas comigo."

A evocação deste episódio, Sr. Presidente, parece-me oportuno não só porque, novamente, à imprensa, em sua totalidade, anuncia hoje reunião no Palácio do Planalto, às 15h30min, onde confrontar-se-ão os representantes da área política do Governo com a equipe econômica, para definir recursos à área social, representada pelo Ministério da Ação Social, e a área de transportes, representada pelo respectivo Ministério, com o objetivo, segundo a imprensa, de merecer votos na Câmara dos Deputados, de modo a estabelecer uma barreira preventiva ao possível pedido de *impeachment* do Presidente da República, este decorrente dos aguardados resultados da CPI que examina denúncias contra o Sr. PC

Farias. A evocação desses fatos, portanto, insere-se dentro de um contexto extremamente ilustrativo dessa denúncia paradoxalmente feita pelo atual Presidente, em época recente.

Já não estranharei aqui a contradição, já não irei sublinhar o fato de que os supostos processos denunciados em 1988, pelo Presidente da República, possam agora estar sendo resuscitados por Sua Excelência, e, ironicamente, recorrendo aos mesmos personagens.

Será prudente aguardar o resultado dessa reunião da tarde, entre os setores político e o econômico, como dizia, para que se possa formar um juízo seguro sobre as decisões que ali serão tomadas. Mesmo porque se o setor político, se a Casa Civil obedece ao Palácio do Planalto, a equipe econômica, geralmente, subordina-se aos organismos internacionais; tem outra fonte a matriz das suas ações, as diretrizes, os delineamentos das suas ações.

Quando me reporto a esse episódio do discurso do candidato a Presidente Fernando Collor, na reunião de Petrópolis, em 1988, é que me preocupa a posição do Ministério da Educação e, mais especificamente, do Ministro da Educação, Professor José Goldemberg. O Ministro que granjeou a reputação de grande professor, de cientista emérito, que obteve o respeito da universidade e do meio acadêmico no País, expõe-se, com certeza, agora, a receber do próprio Presidente da República julgamento severo, na medida em que se dedica a um infundável périlo através do País e, sobretudo, na Região Nordeste, distribuindo convênios com Municípios.

É a reprodução de fatos a que se referia antes o Presidente da República; é a reiteração — aparente, ao menos — de uma prática que o próprio Presidente, então candidato, condenava: a utilização de recursos do Tesouro Nacional afetos ao Ministério da Educação, para ação supostamente política, para o aliciamento de apoios em ano de eleições municipais.

Em função disso, Sr. Presidente, apresentei à Mesa do Senado Federal requerimento de informações, dirigido ao Sr. Ministro José Goldemberg, que eu me permitiria ler para, após a leitura, prosseguir e concluir as minhas considerações:

"Nos termos do art. 50, § 2º da Constituição Federal, dos arts. 215, I, e 216, I, do Regimento Interno do Senado Federal, e do Ato da Comissão Diretora nº 14, de 1990, requeiro sejam solicitadas ao Sr. Ministro da Educação as seguintes informações:

1º — identificação dos convênios firmados entre o Ministério da Educação e Estados e Municípios da Região Nordeste, de maneira geral, e da Paraíba, em particular, durante o exercício de 1992;

2º — programação detalhada dos termos de celebração e cronograma de desembolso no período compreendido entre 1º de janeiro e 3 de outubro de 1992 — data de assinatura, tipo de convenio, valor conveniado, fontes de recursos e cronograma de desembolso. O mesmo para 1991, em igual período;

3º — critérios utilizados para a escolha dos Municípios beneficiados.

O requerimento está assim justificado:

"A atual conjuntura econômica tem oferecido crescentes limitações objetivas aos investimentos institucionais no setor Educação, tornando ainda mais crítica a questão no âmbito da participação do Estado em serviços essenciais inerentes à sua natureza. Exatamente em função dessas restrições decorrentes da escassez de fontes de financiamento, a atividade fiscalizadora

desta Casa, nos termos do disposto na Carta Constitucional, pressupõe o acesso às informações geradas pelo Poder Executivo, como forma de subsidiar a tramitação de matérias de interesse social.

Em ano eleitoral, as pressões originadas de demandas políticas tendem a comprometer o desempenho equilibrado da repartição dos benefícios, cumprindo, pois, ao Congresso, aprimorar os mecanismos de controle utilizados no exercício de sua competência fiscalizadora, razão por que as informações requeridas adquirem conotação indispensável."

Ora, Sr. Presidentete, Srs. Seandores, no curto período que abrange o final de junho e o mês de julho, multiplicaram-se as viagens, as visitas do Sr. Ministro da Educação aos Estados, sobretudo os do Nordeste, a par de reuniões solenes, formais, produzidas no próprio Palácio do Planalto, quando a convocação de Governadores ou de Prefeitos das Capitais procurou assumir, na visão do Palácio, o caráter de solidariedade ao Presidente da República.

O Presidente, enredado nas denúncias do seu irmão Pedro Collor de Mello, acossado pelas revelações da CPI do Congresso Nacional, busca por intermédio dessas solenidades, a que comparecem Governadores e Prefeitos das capitais e eventualmente do interior, simular apoio, simular solidariedade face aos fatos detectados na CPI. Mas o que realmente desperta curiosidade e suspeita é a repetição das viagens do Ministro aos Estados, o caráter político que se empresta a essas viagens, o fato de que em Estados governados por Partidos de oposição, em reuniões ministeriais, com os representantes dos Municípios, excluem a autoridade maior local — o Governador —, como ocorreu no Ceará, no dia 17 de julho passado.

Os números que a imprensa tem divulgado relativos a esses convênios são de molde a justificar as apreensões que se contém no meu requerimento de informações.

No dia 25 de junho, reuniram-se em Brasília com o Ministro da Educação, os Prefeitos das capitais — vinte e seis capitais —, aos quais foram distribuídos 90 bilhões de cruzeiros destinados, naturalmente, à melhoria da qualidade do ensino, à elevação do nível pedagógico dos professores, a uma melhor política salarial, à construção de prédios públicos destinados a escolas e assim por diante.

Nessa mesma ocasião, o Ministro já antecipava que dispunha nos seus cofres de mais 300 bilhões, que seriam destinados a 1.500 Municípios no interior brasileiro, e outros 500 bilhões, que seriam canalizados aos Estados da Federação.

E, de fato, Sr. Presidente, já no dia 2 de julho, S. Ex. se deslocava ao Estado do Maranhão onde reuniu sessenta e quatro Prefeitos com os quais assinou convênios da ordem de 12,5 bilhões de cruzeiros.

No mesmo dia, pousava no Rio Grande do Norte, onde a cena se repetia; desta vez, trinta e quatro Municípios e 30 bilhões de cruzeiros; no dia seguinte, Teresina, no Piauí — trinta e oito Municípios, trinta e oito Prefeitos e 4 bilhões de cruzeiros em convênios; no dia 9 de julho, Recife — sessenta e dois Municípios, 17 bilhões e 100 milhões de cruzeiros; uma semana depois, 17 de julho, no Ceará, setenta e nove Municípios, 15,5 bilhões de cruzeiros; no dia 24 de julho, em Alagoas, cinquenta e três Municípios, 9,3 bilhões de cruzeiros.

Esses dados, Sr. Presidente e Srs. Senadores, poderão, sem dúvida, significar a ação normal e rotineira do Ministério

da Educação e Cultura. E é essa a minha expectativa, que, ao responder ao pedido de informações possa o Ministro demonstrar que não o move a preocupação eleitoral, que não está a serviço da ação corruptiva que pretende aliciar apoios, seja aos Partidos de sustentação do Governo nas eleições municipais, seja ao Presidente da República na sustentação de suas posições na Câmara dos Deputados e no Congresso Nacional. Que esses convênios possam expressar, de fato, a adoção de critérios aceitáveis, sérios, fundados em números, em objetivos de política educacional, de tal modo que não se verifique pura e simplesmente o desperdício, a malversação de recursos do Tesouro Nacional.

Infelizmente, a prática, no Brasil, é outra. O que se vê a cada eleição é repetirem-se esses fatos; é saírem os Ministros como autênticos "malas pretas" — usando a expressão do Presidente da República —, para espalhar, sem critério, sem forma nem figura de Direito, dinheiro público, dinheiro extraído do Tesouro Nacional, meios que pertencem ao povo brasileiro para com eles, pura e simplesmente, construir projetos políticos de natureza duvidosa.

É essa a preocupação básica do meu requerimento e do meu discurso, neste momento, Sr. Presidente. Preocupa-me, evidentemente, a desfiguração de um homem público, de um cientista, de um grande professor que o País, afinal de contas, habituou-se a admirar. Seria, sob todos os aspectos, lamentável que o Ministro José Goldemberg se visse seduzido pela ação política menor, se prestasse a ser instrumento de ações subalternas, ainda que inspiradas no Palácio do Planalto.

E a minha preocupação é tanto maior quando leio no *O Estado de S. Paulo*, do dia 10 de julho passado, que o Ministro livrou-se da perplexidade que o acometera ao tomar conhecimento das graves acusações que envolvem o Presidente da República: o decoro presidencial, a imagem de probidade que se requer do Presidente da República. O Ministro confessa ter ultrapassado essa perplexidade e permite pôr em dúvidas os fatos apurados na Comissão Parlamentar de Inquérito. Chega a dizer: "Se existe evidência, é só nos jornais." Isso nesse grande diário do dia 10 de julho, como acabei de referir.

Assim, Sr. Presidente, ao trazer esses números, ao referir-me à viagem interminável, ao passeio ministerial ao longo do território brasileiro, essa espécie de vilegiatura cheia de suspeições, trago igualmente o teor do requerimento de informação, que espero possa tranquilizar o Senado da República e o Congresso Nacional, pois, afinal, somos responsáveis, nos termos da Constituição, pela fiscalização da administração pública.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) — Concedo a palavra ao nobre Senador Lourival Baptista.

O SR. LOURIVAL BAPTISTA (PFL — SE. Pronuncia o seguinte discurso) — Sr. Presidente, Srs. Senadores, a Bahia festejará, a partir de amanhã, dia 4 de agosto, até o próximo dia 14, o transcurso dos 80 anos de vida de um dos maiores e mais conceituados escritores da história contemporânea de nosso País.

A Bahia tem demonstrado sempre sua exuberante inspiração em vários ramos de cultura e da inteligência brasileira; tem mostrado o vigor e a beleza de sua criatividade em diversas áreas onde se manifesta o talento nacional, principalmente na música, na literatura e nas artes de um modo geral, contribuindo de modo substantivo, pelos seus próprios costumes.

hábitos e tradições, para a formação da nossa cultura que tem na Bahia fortes vínculos de berço e origem.

A Bahia deu à literatura brasileira, no passado, vários escritores e poetas, como Rui Barbosa e Castro Alves, e, nestes últimos anos, músicos famosos, pintores renomados e, entre homens de letras, um dos maiores cronistas da vida simples, sofrida e intensa do povo nordestino, suas crenças, sua força, princípios, ideais, costumes e hábitos, dentro de uma realidade sociológica que mostra, de forma marcante, a verdadeira feição humana e mística do nosso povo.

Os livros da inspiração extraordinária desse autor, já imortalizado pelos seus méritos, são verdadeiros tratados, em linguagem pitoresca e precisa, sobre a vida das comunidades do interior e da parcela da nossa população de influência baiana que, pela sua própria origem histórica, podemos dizer, da vida nordestina, retratada em seus livros — às vezes com veementes protestos, denúncias ou como críticas formuladas em situações hilariantes —, nos traços marcantes de fé, trabalho, valentia, malícia, honra e dignidade, direito e justiça, conflitos, paixões, esperança, sexo, vida, morte e religião.

A Bahia, suas academias, centros literários e seus terreiros nesses próximos dias, refletirão sobre a obra desse poeta e escritor, de afinadíssima sensibilidade e inspirada inteligência, que é Jorge Amado.

A programação de seu aniversário, coordenada pelo Governo da Bahia e pela Fundação Jorge Amado, consta de palestras, exposições, espetáculos musicais, mostras cinematográficas, sessões solenes e até um seminário internacional de estudos sobre o autor, com a participação de grandes expressões do meio intelectual do Brasil e do exterior. Os eventos ocorrerão em vários lugares, principalmente em Ilhéus, Jequié, Rio de Janeiro, São Paulo e, inclusive, Paris, no salão principal do Centro Georges Pompidou. Do governo argentino, receberá comenda da Ordem de Maio, e, em Ilhéus, o título de Doutro Honoris Causa, concedido pela universidade local.

Durante os festejos dos seus oitenta anos, Jorge Amado, um dos irmãos escritores brasileiros que sempre viveu quase que exclusivamente de seus livros, colherá merecidas homenagens, tendo seu nome lembrado e sua obra avaliada não apenas nos lugares que foram cenário de seus romances, mas também nos grandes centros urbanos em que foram difundidos e no exterior, onde foram traduzidos em vários idiomas.

Jorge Amado viveu algum tempo em Sergipe, onde residia a grande parte de sua ascendência familiar. Em Itaporanga da Ajuda ele escreveu um dos livros mais importantes da fase inicial de sua carreira de grande escritor. Seus personagens e parte dos cenários em que eles viveram têm muito dos lugares, da vida e da cultura do povo sergipano e das peculiaridades fronteiriças dos dois Estados.

O autor de "Jubiabá", "Gabriela", "Seara Vermelha", "Tereza Batista", "Os Velhos Marinheiros", "Tieta do Agreste", "Mar Morto", "São Jorge dos Ilhéus", "Tocaia Grande", "Tenda dos Milagres" e ainda o inédito "Navegação de Cabotagem", que será lançado neste mês de agosto. Também escreveu, há vários anos, "Capitões da Areia", chamando a atenção do País e sensibilizando a consciência nacional para a dura realidade de vida e da problemática dos meninos e meninas de rua, os chamados pivetes e maloqueiros, que, embora não tanto quanto atualmente, já mereciam a atenção da sociedade e do governo, estimulando a iniciativa de entidades ligadas ao amparo e assistência do menor, como o próprio Instituto Lourival Fontes, em Aracaju, que em setembro faz

25 anos de sua fundação e por onde já passaram milhares de crianças.

Portanto, Sr. Presidente, Sergipe se associa aos festejos dos 80 anos de Jorge Amado, que é muito querido pelo povo sergipano e foi meu contemporâneo em colégio de Salvador, quando fizemos o curso ginasial.

O *Jornal de Sergipe*, em edição de 2 do corrente, publica o artigo de autoria do ilustre jornalista e escritor Manoel Cabral Machado, que traça uma síntese biográfica de Jorge Amado, com uma preciosa cronologia de sua inestimável aventura literária, que, na apreciação de Cabral Machado, segue também o roteiro de sua aventura na vida, sempre combativo e atuante, com passagens pela política, quando foi Deputado Federal, e, após cassado, viveu muito tempo na clandestinidade, combatendo o Estado Novo. Perseguido, passou a viver em Paris, na Hungria e na República Tcheca e Eslovaca.

Depois do seu primeiro livro, "O País do Carnaval", em 1931, jamais deixou de escrever sobre a vida, as paixões, a política e os costumes do povo simples, contribuindo de forma decisiva para uma melhor compreensão sociológica de nossa gente, inspirando mais dignidade e humanismo para com a pobreza e as populações marginalizadas.

Desta tribuna do Senado envio-lhe os meus cumprimentos, extensivos à sua esposa e companheira de tantos anos, a também escritora, Zélia Gattai.

Finalizando, Sr. Presidente, peço a transcrição, com o meu pronunciamento, dos seguintes artigos publicados pela imprensa sobre a efeméride:

— "Oitenta Anos de Jorge Amado, com muita Festa"

— A Tarde, edição de 30 de julho;

— "Jorge Amado Chega para as Comemorações" — *Folha de S. Paulo*, edição 31 de julho; e

— "Jorge Amado, o oitenta insuperável", de Manuel Cabral Machado — *Jornal da Cidade*, de Aracaju, edição de 2 de julho passado.

Este o pronunciamento que desejava fazer à Casa, em homenagem a Jorge Amado, esse homem extraordinário, esse grande jornalista e consagrado escritor, esse grande baiano, que foi meu colega de colégio em Salvador, na Bahia. Não podia deixar de fazer este pronunciamento. (Muito bem! Palmas)

DOCUMENTOS A QUE SE REFERE O SR. LOURIVAL BAPTISTA EM SEU DISCURSO:

OITENTA ANOS DE JORGE AMADO COM MUITA FESTA

A Tarde, 30-7-92

A Fundação Casa de Jorge Amado apresentou oficialmente, ontem, em entrevista coletiva, a programação dos 80 anos do escritor baiano a serem comemorados no mês de agosto em Salvador, Ilhéus, Jequié, Rio de Janeiro, São Paulo e Paris. O destaque é o "I Simpósio Internacional de Estudos sobre Jorge Amado", que durante três dias reunirá, em Salvador, escritores, estudiosos e tradutores de vários países, para a discussão das obras do autor de "Gabriela Cravo e Canela". Paralelamente, será realizados e o lançamento da última obra, "Navegação do Cabotagem", exposições, seminários, espetáculo musical e apresentação de filmes e documentários.

Segundo José Augusto Burity, diretor executivo da Fundação Cultural do Estado, os eventos, que ocorrem entre 4 e 13 de agosto, exigiram investimentos da ordem de US\$60 mil (cerca de Cr\$ 250 milhões), repassados pelo governo esta-

dual. A participação da iniciativa privada, mais uma vez deixou a desejar, os auxílios chegaram somente por meio de descontos nas passagens aéreas, acomodações nos hotéis e na montagem da infra-estrutura necessária para a realização das diversas atividades. Artísticos como Dorival Caymmi, Maria Bethânia, Gal Costa, Margareth Menezes e os grupos Olodum e Filhos de Ghandi abriram mão dos "cachês".

A primeira etapa do calendário prevê, no dia 4, uma entrevista coletiva com o escritor e sua mulher, a escritora Zélia Gattai, na fundação. A expectativa é que, no mesmo dia, seja lançado em Salvador o novo livro (o lançamento oficial programado para a Bienal do Livro, em São Paulo, no final de agosto). No dia 10, haverá a entrega do Prêmio Nacional de Romance Jorge Amado/80 Anos ao livro "O Diário Submerso", da mineira Lúcia Guedes, e exposição de gravuras de Calazans Neto, intitulada "De um casarão no Largo do Pelourinho Tietê e Tereza chegam para festejar seu criador, Jorge Amado".

Temáticas

Ainda no dia 10, será aberto, na Reitoria da UFBA, o "Simpósio Internacional de Estudos sobre Jorge Amado — Um Grapiúna no País do Carnaval", tendo como temas principais "Uma Visão Multirracial dos Personagens", "Lirismo Erótico" e "A Comédia dos Orixás". Participam Darcy Ribeiro, Lygia Fagundes Telles, João Ubaldo Ribeiro, Dias Gomes, Carlos Heitor Cony e Luis Fernando Veríssimo, dentre os brasileiros. Como convidados estrangeiros, o professor Urbano Tavares Rodrigues — da Universidade Clássica de Lisboa; o jornalista francês Henry Raillard e o presidente da Associação dos Tradutores dos Estados Unidos, Clifford Landres.

A diretora executiva da fundação, Myrian Fraga, frisou que a entidade "não podia deixar passar em brancas nuvens a comemoração dos 80 anos de Jorge Amado". Ela observou que a "programação ideal" começou a ser preparada no final do ano passado, a crise econômica afetou a concretização de alguns projetos e, mesmo assim, se estruturou uma boa programação. As homenagens ao escritor extrapolaram as fronteiras há muito e também, no dia 10, Amado recebe a Comenda da Ordem de Mayo, concedida pelo governo argentino às personalidades das diversas áreas.

Paris também será um dos palcos com exposição das obras do baiano, no salão principal do Centro Georges Pompidou, de dezembro a janeiro de 93. Bem antes disso, ele recebe, em Jequié, o título de **Doutor Honoris Causa** concedido pela universidade, e Ilhéus lhe homenageará realizando uma mostra de vídeos, fotografias e publicações. Ainda em Salvador, uma exposição de artes plásticas com trabalhos de conhecidos ilustradores das obras do autor, como Carybé, Carlos Bastos, Floriano Teixeira e Calazans Neto.

Em Tempo

- Completou 80 anos na última segunda-feira D. Luiza Oliveira Setaro, que comemorou a data reunindo a família: filhos, noras e netos.

- Ontem, a Fundação Casa de Jorge Amado reuniu a imprensa para apresentar o programa oficial dos "80 Anos de Jorge Amado", que serão comemorados na Bahia, durante o mês de agosto, com lançamentos, exposição no Museu de Arte da Bahia, seminários e uma série de outros eventos. O destaque será o I Simpósio internacional sobre Jorge Amado, que vai reunir escritores, tradutores e estudiosos de vários

países do mundo, como também o lançamento de "Navegação de Cabotagem", último livro de Jorge.

- E, já espalhados pelas ruas e avenidas, da cidade, desde segunda-feira, **outdoors** homenageando Jorge Amado pelos seus 80 anos, de suas amigas na NR Galeria de Arte.

Se alguém quiser copiar, não faça cerimônia, como já fez com a exposição em homenagem ao nosso imortal e escritor maior. Pessoas que vivem na sombra dos outros porque as outras não copiam nada.

Folha de S. Paulo — 31-7-92

80 ANOS

JORGE AMADO CHEGA PARA COMEMORAÇÕES

O escritor baiano Jorge Amado desembarcou ontem, às 4h20min, em Salvador, vindo de Paris. Os 80 anos do autor, que transcorrem no próximo dia 10, serão comemorados durante dez dias, entre 4 e 14 de agosto, com palestras, exposições, sessões solenes, espetáculos musicais, mostras cinematográficas e um seminário internacional para discussão da obra do autor de "Gabriela, Cravo e Canela".

Além de Salvador, a programação — coordenada pelo governo do Estado da Bahia e Fundação Casa de Jorge Amado — se estende pelas cidades de Ilhéus, Jequié (BA), Rio de Janeiro, São Paulo e Paris, na França, onde acontecerá uma exposição comemorativa no salão principal de centro Georges Pompidou.

Um destaque da programação será o lançamento do último livro do escritor, "Navegação de Cabotagem", previsto para acontecer no dia 13 de agosto. No dia do aniversário, os organizadores programaram para o Largo do Pelourinho (centro histórico de Salvador) um espetáculo musical que vai reunir Dorival Caymmi, Maria Bethânia, Gal Costa, Margareth Menezes, a banda Olodum e o afoxé Filhos de Ghandi.

O lado teórico da programação é o 1º Simpósio Internacional de Estudos sobre Jorge Amado, no hotel da Bahia, com a presença de escritores, estudiosos e tradutores de diversos países, entre os quais Darcy Ribeiro, Lygia Fagundes Telles, João Ubaldo Ribeiro, Dias Gomes, Carlos Heitor Cony e Luis Fernando Veríssimo.

Entre os convidados estrangeiros estão o professor Urbano Tavares Rodrigues, da Universidade Clássica de Lisboa, o jornalista francês Henry Raillard e o presidente da Associação dos Tradutores dos EUA, Clifford Landres.

Jornal da Cidade — 2-8-92

JORGE AMADO, O OITENTÃO INSUPERÁVEL

Manoel C. Machado

Neste mês, no dia dez de agosto, galgará os oitenta anos profícuos o nosso romancista maior e sempre renovado o baiano Jorge Amado. É, creio, atualmente, no mundo, o mais fecundo e mais extraordinário romancista. Se eu disser-lhe isto, na tampa da cara, ele me volta as costas, considerando-se ofendido, pois odeia comparações e elogios, considerados excessivos. Esta, porém, é a verdade indiscutível. Indago: qual, nas literaturas atuais, o romancista, que possui obra romanesca, tão vasta e variada, e, ao mesmo tempo, tão bela e humana? Acrescenta-se, ainda, a exuberância do seu poder expressional, tal a força vital no exprimir lirismo e graça, humor ou grandeza épica.

Ademais, Jorge Amado é um romancista telúrico ao exprimir a força da terra e a sensibilidade do povo, nas suas paixões e sensualidades, nas suas aspirações e religiosidades

primitivas. Como a substância humana é grandiosa e rica, nas suas virtudes e baixarias, ante as circunstâncias da vida, forge, em suas histórias e personagens, jamais se repete ou decepciona, pois conhece a natureza humana e sabe dar voz e caráter aos seus personagens e que estão no nosso convívio, ou sabemos de suas peripécias vitais isto sem qualquer artifício ou fragilidades. Acompanhando-lhe os passos, desde as primeiras novelas de experiência: *O país do Carnaval* (1931) *Cacau* (1933) e *Suor* (1934) e nelas Jorge já manifesta a força expressional para o romanesco que imagina e vive. Em pouco tempo, atingiu uma maturidade literária e os novos Romances ganham força lírica e radiosidade humana. São as novelas que formam a trilogia famosa: — *Jubiabá* (1935) *Mar Morto* (1936) e *Capitães de Areia* (1937). Romances, poemas, cantando o povo simples e humilde da Salvador-negros dos candomblés, marinheiros das águas e recôncavo, e meninos de rua, e prostituta dos castelos. Sendo um romancista do povo escreve com simpatia pelos marginais. Empolgados pelas lutas revolucionárias, e a serviço de seus ideais socialistas, vincula-se à política partidária e escreve livros de apologia dos heróis do povo. Daí o *A,B,C de Castro Alves* (1941), o *Cavaleiro zêz preso*, por suas atividades subversivas, vivendo na clandestinidade e no combate ao Estado Novo. Por esse tempo, retorna o passo romanesco inicial do ciclo do cacau. Se nos romances de Salvador exprimira a sua experiência do tempo de estudante, na década de 20, agora, assume as histórias e histórias que vira ou ouvira, na quadra da infância, em Ilhéus. E romaneja as lutas dos coronéis pela conquista das terras gordas do cacau, histórias de negros e de prostitutas, de heróis e bandidos e também de casos amorosos. Agora, vê-se o poder mágico do romancista, oscilando entre o épico e o lírico, atingindo assim a plenitude da beleza literária. É o Jorge de *Terras do Sem Fim* (1943), *São Jorge dos Ilhéus* (1944) e mais tarde *Tocaia Grande* (1984). E com o está empenhado na luta revolucionária, cumprindo o seu papel de escritor socialista, escreve as novelas revolucionárias: — *Seara Vermelha* (1946). Os subterrâneos da *Liberdade* (1954) e ainda livros de propaganda de socialismo, *Amor de Soldado*, *O mando da Paz* (1950).

Nossos tempos, como visto, Jorge Amado vivera na clandestinidade e no exílio, até a anistia de 1945 (quando retorna ao Brasil, elegendo-se deputado federal, pelo Partido Comunista, sendo cassado o seu mandato, em 1949, e obrigado outra vez a exilar-se, vivendo em Paris, com sua esposa Zélia Gattai e depois na Tcheco-Eslováquia e na Hungria. Em 1951, na época da guerra fria, Jorge com outros intelectuais socialistas, participa do Movimento Mundial da Paz, realizando congressos e viagens de propaganda do socialismo. Por esse tempo, sabe das divergências entre os membros do partido. As lutas pelo poder e, assim, as violências, as torturas e os processos infamantes. E Jorge passa a decepcionar-se com o socialismo real e com o P.C., recolhendo-se para escrever os seus romances — que o partido pretendia censurá-los. E por negar-se à censura, é considerado insubmisso e rebelde.

Voltando ao Brasil, volta também a escrever romances de costumes, marcados de humor popular. Não são romances eróticos mas romances de gozação, uma espécie de literatura picaresca nas quais os personagens são mulheres amorosas ou lubricas, como *Gabriela, Cravo e Canela* (1958), *Dona Flor e seus dois Maridos* (1966), *Tereza Batista* (1972), *Tieta do Agreste* (1976). E os romances e novelas dos seus heróis vagabundos. A morte e a morte de Quincas Berrô d'Água (1961), *Os Velhos Marinheiros* (1961), *Pastores de Noite*

(1964), *Tenda dos Milagres* (1969) e o *Sumiço da Santa* (1988) e outros.

Agora, Jorge anuncia um livro de memórias: *Navegação de Cabotagem*, enquanto guarda, na gaveta, o romance em que ele narraria a sua experiência nas lutas subversivas: *Boris, o revolucionário*.

Romancista do povo, especialmente do povo da Bahia, Jorge Amado, em sua vida, recebeu muitas homenagens, como o prêmio Stalin de Literatura e o prêmio internacional Pablo Neruda. Somente faltou-lhe o prêmio Nobel de Literatura. Apesar de ter largado o Partido Comunista, por conhecer os crimes do partido desde 1955, como disse em entrevista à revista *IstoÉ*, continua com seus ideais socialistas, pois acredita ser o socialismo o instrumento de realização da igualdade e da fraternidade entre os homens, evitando-se então a fome, a injustiça e as violências. Por que contrariar-lhes os sonhos?

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) — A Presidência deseja se associar a essa homenagem de enaltecimento à figura de Jorge Amado, proposta pelo nobre Senador Lourival Baptista, ainda mais porque aquele escritor baiano tem-se dedicado, neste 80 anos de existência, à difusão da nossa cultura, como uma das expressões maiores da intelectualidade brasileira.

Concedo a palavra ao nobre Senador Chagas Rodrigues.

O SR. CHAGAS RODRIGUES (PSDB — PI. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores, quero, mais uma vez, reclamar providências das autoridades competentes do Governo Federal em favor das populações do Nordeste e, especialmente, do Piauí, atingidas pelo flagelo da seca e, já agora, por outras causas que tornam o quadro ainda mais triste e lamentável.

Sr. Presidente, não é de hoje que as autoridades vêm reclamando do Governo Federal que faça alguma coisa em favor dessas populações.

Vou ler, rapidamente, manchete do jornal *O Dia*, do Piauí, um dos mais tradicionais e importantes jornais da nossa Capital, que dizia, no dia 3 de junho de 1992:

“Seca ameaça dizimar o rebanho do Piauí.”

O mesmo jornal, Sr. Presidente, em editorial do dia 4 de junho, dizia:

“O Nordeste depende de uma infra-estrutura eficiente de captação e manutenção das águas, em condições de conviver positivamente com as periódicas estiagens que o assolam.”

E, mais adiante:

“A região Nordeste precisa não só de uma infra-estrutura que possibilite a convivência com a seca, mas também de indústrias que possam oferecer condições de trabalho para a mão-de-obra especializada.

O que se espera é que esse projeto seja posto em prática com a maior urgência possível.”

Mais um projeto do Governo. O mesmo jornal, do dia 5 de junho:

“Sudene prevê seca em metade de toda a Região Nordeste. A previsão é que, até o final do ano, 50% dos 1.552 Municípios nordestinos serão atingidos.”

Mais adiante:

"A Sudene enviou um relatório ao Ministro-Chefe da Secretaria de Desenvolvimento Regional, Ângelo Calmon de Sá, e ao Ministro da Ação Social, Ricardo Fiúza. O documento também foi remetido aos Governadores de Estados nordestinos e ao de Minas Gerais, que tem 48 Municípios no Polígono das Secas.

Segundo o documento — documento oficial da Sudene, Sr. Presidente —, 158 Municípios já sofrem com a falta d'água; desse total, 81 estão no Piauí. Outros Estados que estão sendo gradativamente afetados: Paraíba, 19 Municípios já em situação crítica; Ceará, 18; Rio Grande do Norte, 14; Maranhão, 13; Bahia, 7, e Pernambuco, 6. No Nordeste, a seca só não marca presença ainda em Alagoas e Sergipe. Jornal de 5 de junho."

A Folha de S. Paulo retransmitiu essas notícias dando-lhes uma repercussão nacional. O jornal Folha de S. Paulo, de 6 de junho, diz o seguinte:

"Seca afeta 24% do Nordeste."

E repete a notícia dizendo:

"A seca já atinge 195 cidade, 24% da região, segundo dados divulgados ontem pela Sudene, em Recife. O Piauí é o Estado mais atingido, 89% de sua área. Em seguida estão o Ceará e o Maranhão."

A Folha de S. Paulo divulga isso, mas o Governo Federal, Sr. Presidente, Srs. Senadores, não toma providências.

O jornal O Dia de 12 de junho traz o mapa e diz: "Sudene confirma que situação do Piauí é grave desde maio". Em 17 de junho: "Comissão pede ajuda para a seca no Piauí."

Sr. Presidente, como Senador que integrou um Partido de Oposição, para que ninguém diga que estou correndo nas tintas ou fazendo críticas infundadas, me permito ler o que consta de jornais independentes e que só se preocupam com o bem-estar das populações do nosso Estado e do País.

Então, o jornal O Dia, de 17 de junho, diz na página 7:

"Comissão pede ajuda para a seca no Piauí. O Arcebispo de Teresina, Dom Miguel Fenelon Câmara, integra uma comissão composta por representantes da Central Única dos Trabalhadores, da Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Piauí, dos Cárter e da Comissão Pastoral da Terra. A comissão se encontra às 9 horas de hoje com o Ministro da Ação Social, Ricardo Fiúza, e com a Previdência Social às 10h45. Eles vão tratar da seca no Nordeste e no Piauí, e da aposentadoria dos trabalhadores rurais.

Integram ainda a comissão os Prefeitos Joaquim Lucas (Barras) e Antônio Crisanto Neto (Jaicós)."

Mais tarde:

"Pela CUT, participa da Comissão Luiz Balbino, Secretário-Geral da entidade. A Fetag é representada por Rivaldo Oscar da Cruz, e a CPT, por Valdo Ferreira. Conceição de Maria representa os Cárter. Dom Miguel Câmara integra a comissão como representante da Arquidiocese de Teresina."

Pois bem, Sr. Presidente, essa audiência foi no dia 17 de junho. A situação continua cada dia pior e as providências não chegam ao Piauí.

No dia 23 de julho: "Seca aumenta problemas sociais e leva lavrador ao êxodo rural". O jornal estampa essa notícia. Mais adiante:

"Os açudes com disponibilidade hídrica satisfatória deverão ser utilizados para irrigação complementar nas áreas de vazantes e, em alguns casos, com sistemas móveis, dando ênfase às culturas alimentares do ciclo curto. As lagoas devem ser aproveitadas nos cultivos de vazantes, com irrigação complementar. Essas áreas oferecem condições para absorver grande quantidade de mão-de-obra disponível, bem como possibilitam a produção de alimentos básicos durante todo o ano."

E lemos mais:

"O quadro é dos mais dramáticos e requer não apenas ações assistencialistas como também produtivistas e de natureza social, de acordo com levantamento técnico acerca da situação de âmbito estadual feito por técnicos da Emater — Piauí."

Veja V. Ex^a, no dia 30 de junho o jornal já noticiava: "Seca. Safra perdida e campo esvaziado."

O Sr. Antônio Mariz — Permite-me V. Ex^a um aparte?

O SR. CHAGAS RODRIGUES — Pois não. Concedo o aparte a V. Ex^a, nobre Senador Antônio Mariz.

O Sr. Antônio Mariz — Senador Chagas Rodrigues, V. Ex^a reitera ao conhecimento nacional fatos que têm sido — como V. Ex^a acaba de documentar — divulgados a todo o País. Na verdade, o que está vivendo o Piauí estão vivendo pelo menos 19 municípios da Paraíba, aos quais V. Ex^a há pouco se referia, é a ressaca da seca, porque, na verdade, 1992 é um caso de seca anunciada. Desde o final de 1991, repartições do próprio Governo como o Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais — INPE, já advertiam as autoridades, publicavam dados dos levantamentos meteorológicos feitos, indicavam o fenômeno El Niño, no Pacífico, tido como causa das secas nordestinas; em suma, reuniam, não só o INPE como organismos estaduais, a exemplo da Funceme — Fundação Cearense de Meteorologia, informações bastantes para mobilizar o Governo — eram dados alarmantes, desde novembro e dezembro de 1991. No Congresso, chegou-se a constituir uma Comissão Mista reunindo Deputados e Senadores para tratar da seca de 1992. Isso no início de janeiro deste ano. Ora, apesar de todas as advertências, apesar dos documentos formulados aqui, no Congresso Nacional, nada foi feito em termos de política de combate à seca no Nordeste; frustraram-se as safras; houve imensos prejuízos, especialmente, como sempre ocorre, para os pequenos produtores e, sobretudo, para os trabalhadores rurais ante a completa indiferença do Governo da República. Agora, vive-se, como disse, o respaldo dessa seca. É o fenômeno que chega às cidades sob a forma de escassez de água para beber. Essas cidades referidas como secas, na Paraíba, vivem hoje o drama de não terem sequer como abastecer a sua população urbana, porque os reservatórios estão secos; os programas de irrigação são, por sua própria natureza, limitados no Nordeste. Ainda há pouco, numa reunião em Fortaleza, numa audiência pública de Comissão Mista do Congresso Nacional sobre os desequilíbrios do desenvolvimento regional, o Presidente da Codevasf salientava o fato de que apenas 4,5 das terras do semi-árido nordestino são suscetíveis de irrigação. Portanto, não basta o anún-

cio, o trombeteamento de políticas de irrigação que sequer se concretizam, mas é preciso se ter uma política para a área seca, área que é irremediável pela irrigação, o que é perfeitamente possível, porque há técnicas para isso, sendo viável aproveitar economicamente mesmo as áreas que não são próprias para irrigação. No entanto, o que se viu foi a inércia, o que se viu foi a paralisação completa das ações governamentais. Vivemos no Nordeste, de fato, uma crise perfeitamente imprevisível, uma seca anunciada diante de um Governo de Braços cruzados.

O SR. CHAGAS RODRIGUES — Muito agradeço ao nobre Senador o expressivo aparte de V. Exª, que é também um homem do Nordeste, preocupado com os problemas que afligem as nossas populações nordestinas, bem como os grandes problemas nacionais.

Sr. Presidente, o mesmo jornal, em 28 de julho, diz o seguinte:

“Cardeal apela em favor dos flagelados.”

“Ao não cumprir as promessas de envio de recursos para o combate aos efeitos da seca, o Governo Federal deixa mais de 12 milhões de pessoas sem atendimento no Piauí. Ceará e Maranhão.”

“A crítica foi feita ontem, pelo Cardeal Arcebispo de Fortaleza, Dom Aloísio Lorscheider, que, ao desembarcar em Teresina, afirmou que os trabalhadores rurais dos três Estados que sofrem as consequências da estiagem estão desassistidos. Dom Aloísio disse que o Governo Federal deveria fazer o possível para dar assistência aos flagelados da seca no Nordeste. “Eu e o Governador Ciro Gomes estamos fazendo o possível para assistir aos agricultores que perderam as suas lavouras no Ceará”, afirmou o Arcebispo, que mais uma vez veio ao Piauí para participar de um retiro com frades franciscanos.”

É a palavra não apenas do Arcebispo de Teresina, mas também a do Cardeal da nossa região, que tem sede em Fortaleza.

Sr. Presidente, leio agora um jornal de 2 e 3 de agosto, de domingo e de hoje, não circula segunda-feira. O ilustre jornalista Zózimo Tavares, em sua autorizada coluna, diz, entre outras coisas:

“O Governo Federal vem tratando os Estados a pão e água, principalmente os mais pobres, com menor expressão política, que são também os mais necessitados. O Piauí é um exemplo clássico de enfeitamento oficial. O Piauí não vem reivindicando fábula; só pede o mínimo. Veja-se a questão da seca: o Governador Freitas Neto vem clamando e reclamando ajuda do Governo Federal há quase um ano. Até agora, só vem recebendo promessas. Quase um milhão de piauienses estão morrendo de fome, sede e desespero no sertão. O Governo Federal é conhecedor dessa realidade, mas faz ouvidos de mercador.”

“Sem merenda, 755 mil crianças passam fome. A falta de recursos para a merenda escolar vai prejudicar somente no Piauí cerca de 755 mil crianças com idade na faixa de 6 a 14 anos.”

Sr. Presidente, não é apenas S. Exª Revmª o Sr. Arcebispo de Teresina, S. Emª o Sr. Cardeal do Ceará, Piauí e Maranhão;

não são apenas os trabalhadores, a Fetag; não é apenas a imprensa. Recebi, sexta-feira última, um despacho de empresários, vazado nos seguintes termos:

“Exmª Sr. Senador da República, Dr. Francisco das Chagas Rodrigues — Brasília:

Retransmitimos para V. Exª telex enviado ao Presidente da República, Presidente da Caixa Econômica Federal, Ministro da Ação Social — Dr. Ricardo Fiúza, Ministro do Trabalho — Dr. João Mellão, Ministro da Economia — Dr. Marcílio Marques Moreira, solicitando seu indispensável apoio para o assunto em pauta.

Atenciosamente, Antônio José de Moraes Sousa — Presidente da Federação da Costa Filho — Presidente da Associação Industrial do Piauí; Francisco das Chagas Lages de Carvalho — Presidente do Sindicato das Indústrias e Construção Civil de Teresina — Elano Sampaio Santos, Presidente da Ademi/PI.”

O telex, Sr. Presidente, dirigido a essas autoridades e retransmitido para nosso conhecimento tem o seguinte teor:

“O Estado do Piauí enfrenta hoje, em consequência da seca, as maiores dificuldades já registradas em sua história social e econômica. A falta de chuvas ocasionou a destruição total da safra agrícola e comprometeu gravemente a pecuária, levando o Governo do Estado a decretar estado de emergência em todos os Municípios piauienses cujas populações passam fome e, em alguns casos, até sede.

Os reflexos da seca são extremamente danosos para a indústria e o comércio, setores que não têm condições de absorver os trabalhadores rurais famintos que deixam o campo em direção à capital e às maiores cidades ameaçando saquear alimentos.

Apesar desta dificuldade, o setor da construção civil tem contribuído de maneira significativa na absorção de mão-de-obra, principalmente a não qualificada, exatamente nas obras de construção dos conjuntos habitacionais financiados pela Caixa Econômica Federal através do FGTS e da poupança.

A exposição dos problemas enfrentados pelo Estado do Piauí tem por objetivo demonstrar a V. Exª que o corte de 98% dos recursos destinados à construção civil, através do FGTS, ocasionará, inevitavelmente, a insolvência e a falência das empresas que se utilizam desses recursos, e agravará a crise social existente, pois não restará outra alternativa senão a demissão em massa dos trabalhadores, com a consequente paralisação das obras.

Diante do quadro exposto, solicitamos penhoradamente a decisiva e indispensável intervenção de V. Exª, no sentido da liberação total da parcela de julho/92, para os contratos celebrados pelo sistema FGTS.

Certos de contar com sua compreensão, neste momento de extrema gravidade, subscrevemos-nos, Atenciosamente: Antônio José de Moraes Souza, Presidente da Federação das Indústrias do Estado do Piauí; Joaquim Gomes da Costa Filho, Presidente da Associação Industrial do Piauí; Francisco das Chagas Lages de Carvalho, Presidente do Sindicato da Indústria de Construção Civil de Teresina; e Elano Sampaio, Presidente da Ademi/PI.”

Esse o último telex que recebi, Sr. Presidente, de todos que têm apelado para nós.

E assim, utilizo esta tribuna para enfatizar essa situação, para secundar esses apelos e essas reclamações. O Governo Federal não pode continuar insensível. Sei que o Governo Federal tem outros problemas que o preocupam, mas esse é fundamental.

Nunca, Sr. Presidente, houve uma situação como essa e não é a primeira nem será a última vez que o Nordeste está sendo atingido pelo flagelo das secas. Mas, em todas as outras oportunidades, chegava ajuda, chegava o apoio do Governo Federal, chegavam os recursos. Não é possível quem num Estado, como o Piauí, cuja superfície corresponde a mais do que a superfície de Pernambuco e do Ceará juntos, haja populações rarefeitas, morrendo de sede e fome. É todo o Estado quebrado, que reclama!

Venho a esta tribuna para denunciar o descaso e para reclamar providências.

O Sr. Garibaldi Alves Filho — Permite-me um aparte, nobre Senador?

O SR. CHAGAS RODRIGUES — Concedo o aparte a V. Ex^a

O Sr. Garibaldi Alves Filho — Senador Chagas Rodrigues, eu estava acompanhando a leitura de jornais e documentos de várias autoridades e componentes de Associações do Estado do Piauí feita por V. Ex^a em seu pronunciamento e, posso dizer-lhe que todos os estados do Nordeste estão sofrendo esses problemas relatados por V. Ex^a. No caso da falta de chuvas, V. Ex^a disse muito bem que o Piauí é o estado mais gravemente atingido por tal fenômeno, hoje. É o Piauí o Estado que tem o maior número de Municípios com problemas de falta d'água; é o estado que, a esta altura, tem o maior número de trabalhadores rurais desempregados, nessa estatística calamitosa da seca. Mas, ao mesmo tempo, Senador Chagas Rodrigues, a situação, hoje, do Nordeste está como V. Ex^a bem retratou, a falta de chuvas é apenas um grave problema, mas a ele associam-se todos esses outros trazidos pela falta de providências governamentais: o corte de recursos para a construção civil, que impede que esses trabalhadores que deixam o campo possam ser absorvidos nas maiores cidades; o corte de recursos da merenda escolar, que incapacita a assistência aos menores estudantes, prejudicando, assim, os pais de família. É um rosário de problemas, Senador Chagas Rodrigues. Acompanhei o seu discurso, que começou pelo problema da falta de chuva e, de repente, revelou todo um quadro dantesco. Digo que a situação do Nordeste é realmente muito grave, e V. Ex^a ainda não fez o relato sobre a situação da produção agrícola. V. Ex^a está falando apenas sobre determinados aspectos do problema de falta de assistência. Se nos depararmos com o problema da falta de assistência ao agricultor e ao produtor, aí sim, teremos certamente todo o quadro de dificuldades com que o Nordeste sofre hoje. Estou solidário com V. Ex^a.

O SR. CHAGAS RODRIGUES — Agradeço o aparte de V. Ex^a, illustre Senador pelo Rio Grande do Norte Garibaldi Alves Filho, porque V. Ex^a também sente e vive esse drama que é, como disse, de toda a população nordestina.

Mas, para atender à indagação de V. Ex^a, presto um esclarecimento. Eu havia lido o título "Seca — safra perdida e campos esvaziados". Aqui temos, de modo preciso, os núme-

ros da seca, isso no dia 30 de junho, com relação ao Piauí, porque o jornal é de lá.

— oitenta e um municípios com a decretação oficial de seca;

— dois milhões de trabalhadores rurais atingidos e passando necessidades (Destes uma parte já imigrou e já voltou ao estado desde janeiro deste ano);

— oitenta por cento da safra perdida. (Para alimentar os piauienses o Estado terá que importar alimentos, o que eleva os preços e torna menos acessível ao trabalho);

— duas mil cabeças de gado ameaçadas;

— duas mil cabeças de gado ameaçadas;

— quatro meses de solicitação de recursos (com a situação se agravando neste período);

— quatro bilhões de cruzeiros prometidos pelo Governo Federal (e ainda não liberados)."

De modo que, Sr. Presidente, esse clamor que vem do meu estado, da Federação dos Trabalhadores Rurais, da Federação dos Empresários do Comércio, da Indústrias e da Agricultura, vem do lado de S. Ex^a Revm^a o nosso Bispo, de S. Em^a o Cardeal de Fortaleza; é um clamor que vem de toda a parte e só Governo não ouve, só o Governo se mantém insensível e surdo. Que Governo é este, Sr. Presidente? E o Presidente é um homem do Nordeste.

O Sr. Francisco Rollemberg — V. Ex^a me permite um aparte?

O SR. CHAGAS RODRIGUES — Ouço V. Ex^a, com muito prazer.

O Sr. Francisco Rollemberg — Confesso que toda a vez que ouço discursos como o que V. Ex^a faz prometo a mim mesmo que não vou apartear e pergunto a V. Ex^a por quê? Porque, nesta Casa, no Congresso Nacional, já estou há 22 anos e meio e, durante esse período, tenho participado de todas as comissões, de todos os grupos que se formaram e de todas as discussões a quem me foi dado participar, em busca de uma solução para o problema do Nordeste. Ao ouvir V. Ex^a ler, dessa tribuna, esse artigos, lembrava-me de Gabriel Garcia Márquez, que escreveu um livro intitulado "A Crônica da Morte Anunciada". V. Ex^a leu hoje, à tarde, a crônica da miséria anunciada, porque a ninguém surpreende, nem surpreendeu, neste presente momento, os acontecimentos do Piauí, do Maranhão, do Ceará, o que a seca tem propiciado a seu Estado de uma maneira muito especial. Todos sabemos que o problema da água é, de certa forma, secundário. O que não fizemos até hoje foi procurar investir na capacitação, no armazenamento e no uso da água. O Oeste americano, por exemplo, que tem um índice pluviométrico muito inferior ao nosso, do Norte e Nordeste, consegue ser um grande produtor de alimentos, captando água, fazendo barragens submersas, escolhendo culturas específicas e adaptadas para aquela região, tornando-a o grande fornecedor de alimentos para aquele grande país ao norte do nosso continente. No Nordeste, não se estimula a plantação do feijão gaúdu, resistente à seca — nasce nas primeiras chuvas e resiste dois, três anos produzindo —, da algaroba, da leucena, da palma, do algodão, das xerófilas, de uma maneira geral, que foram usadas com muito êxito na nossa região quando se tentou implantar as **dry farms**, fazendas secas, que desapareceram dos programas governamentais. Hoje, o sertanejo, durante a seca, não tem alternativa; ele já não consegue mais plantar o algodão resis-

tente à seca, ele não tem a palma, ele não tem o caprino, que é altamente resistente, e não tem do Governo a assistência mínima necessária para conseguir sobreviver durante esses momentos de grande sofrimento que a seca lhe propicia, a qual, de uma certa forma, ele está preparado. Cumpre ressaltar que a Nação brasileira, os governos, de uma maneira geral, têm sido padrastrós com os nordestinos, porque não voltam os olhos para a nossa Região, senão *in extremis*, quando se anuncia que se perdeu todo o rebanho, como em Sergipe. Lá havia uma população bovina maior que a humana e teve o seu rebanho dizimado na última seca. V. Ex^a fala que seu estado está para perder duas a três mil cabeças de gado, fonte maior de proteínas para o nosso povo. E nada se faz nesse sentido. Todos sabemos que, no Piauí, temos estudos pedológicos, com regiões altamente qualificadas para serem irrigadas, rios secos que se tornariam perenes se fizessem barragens submersas. Onde estão essas barragens no Piauí? Onde estão as *dry farms* do Piauí? Para onde estão indo as verbas que deveriam lá ter chegado, para que V. Ex^a, nesta tarde, fizesse o que Gabriel Garcia Márquez fez em seu livro: a crônica da miséria anunciada no seu Estado? Sr. Senador, se não voltarmos os olhos, com mais seriedade, para o problema da seca no Nordeste, vamos caminhar, como os Estados do Sul — Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná —, para um movimento de secessão. O Nordeste, abandonado e esquecido nesta Nação tão grande e centralizada, não tenha dúvida V. Ex^a, terá que marchar por esse caminho para que encontre seu próprio destino, pois não vejo como possa ser ressarcido desses prejuízos, desses cuidados necessários e ser lembrado como parte densa, valorosa e valiosa para o desenvolvimento nacional.

Na região de V. Ex^a, na minha região, no Norte e Nordeste, estão os minérios, o petróleo, o gás, o potássio, em suma, matérias-primas das quais o Brasil não pode prescindir no seu desenvolvimento, além da mão-de-obra qualificada que fornece às grandes cidades do Sul do País, pela inteligência que exporta por não poder prendê-la por lá. É lamentável que isso ocorra. Fico entristecido quando ouço um discurso da profundidade, da justiça como o de V. Ex^a, porque esta é a sua vida, esta é a sua luta, esta é a minha vida e a luta de todos nós que fazemos política pelo bem do Brasil e em defesa da nossa Região. Felicito V. Ex^a e associo-me ao pronunciamento que produz tão magnificamente nesta tarde, dizendo do sofrimento da sua terra, que é o sofrimento de todos nós, nordestinos e nortistas do País.

O SR. CHAGAS RODRIGUES — Nobre Senador Francisco Rollemberg, incorporo o abalizado e fundamentado aparte de V. Ex^a ao meu modesto discurso e muito agradeço essa solidariedade ao drama das populações nordestinas.

Sr. Presidente, como disse o nobre Senador Francisco Rollemberg, aí estão os estudos, os projetos da Emater, da Sudene e do próprio DNOC. O que falta é vontade política, o que falta é Governo. O Governo não leva a efeito um programa sério, porque outras regiões do mundo, em condições muito piores, já conseguiram superar esse problema.

O Piauí, como sabem V. Ex^a, tem o maior rio do Nordeste, rio nordestino propriamente dito, que nasce no Nordeste e se lança no Atlântico: o Rio Parnaíba, que vem do Planalto e vai até Luz Correia e Tutóia, no chamado Delta.

Temos, Sr. Presidente, no Piauí, não só o maior lençol freático do Nordeste, como um dos maiores do mundo, os chamados poços jorrantes, mas em número muito reduzido.

Temos a Barragem de Boa Esperança; temos açudes no Norte e no Nordeste que poderiam ser aproveitados; contudo, lamentavelmente, não há vontade política, não há seriedade dos governos para a solução desse magno problema.

Como se isso não bastasse, Sr. Presidente, há novas notícias estarrecedoras. Diz o jornalista Zózimo Tavares:

“Agora, o Governo Federal entende de cortar os recursos para a saúde. Um programa que atende a quase 200 mil pessoas pobres com suplementação alimentar está parado. Os recursos para a compra de remédios foram suspensos. Não vem mais um tostão para investir na melhoria das unidades de saúde, que vão de mal a pior. Até os tuberculosos e leprosos são atingidos pela insensibilidade da União, que cortou os recursos para a compra de medicamentos para eles.

No primeiro semestre deste ano, escolas do Piauí só tiveram merenda escolar para 17 dias. Ninguém garante que as crianças da rede oficial de ensino venham a ter merenda no segundo semestre. E os livros didáticos? Estes também não chegaram às mãos dos alunos pobres até agora.”

O mesmo jornal já havia noticiado pouco antes, no dia 28 de julho:

Mais uma vez, reclamo providências e levo minha palavra de solidariedade a essas populações. Raras vezes, Sr. Presidente, tantos se uniram em favor de uma mesma causa: federações de trabalhadores, federações de empregadores, enfim, todo o estado.

De modo que, aqui, mais uma vez, faço chegar às nossas autoridades, aos nossos Ministros, da Ação Social, da Educação, da Saúde, da Economia e do Trabalho o clamor para que olhem de um modo razoável, científico e com vontade; para esse problema, que tomem providências imediatas em favor das populações nordestinas, que estão sofrendo uma das piores crises de nossa história.

O Sr. Humberto Lucena — Permite-me V. Ex^a um aparte?

O SR. CHAGAS RODRIGUES — Pois não, V. Ex^a tem o aparte, nobre Líder Humberto Lucena.

O Sr. Humberto Lucena — Sei que V. Ex^a está encerrando o seu pronunciamento, mas gostaria também de ir ao encontro de suas palavras para dizer que esse é um problema que nos preocupa permanentemente, não só a nós que representamos os Estados do Nordeste no Senado, mas acredito que a todos os Senadores, de um modo geral, porque não há um ano que se passe em que não venhamos à tribuna para trazer ao conhecimento do Senado e da Nação acontecimentos como esse a que se refere V. Ex^a. Estamos hoje passando por uma situação muito difícil no seminário nordestino, particularmente no que tange ao abastecimento de água nas zonas urbanas, porque, com o passar do tempo, as chuvas escassaram e, evidentemente, não houve condições de armazenar a água necessária para atender ao abastecimento, não apenas das populações urbanas como, às vezes, também dos animais, que precisam da água para sobreviver. E esse tem sido um estribilho permanente ao no nosso discurso de Senadores do Nordeste, justamente e o de reclamar contra os efeitos dessas estiagens que se sucedem em nossa Região, sem que até hoje se tenha notícia de uma solução do ponto de vista permanente, no sentido de se criar uma infra-estrutura que resiste aos anos de seca, como, aliás, era da índole e da natureza do

chamado "Projeto Sertanejo". Lembra-se V. Ex^a de que esse projeto foi uma iniciativa do então Dr. José Lins, depois Senador da República, quando, se não me engano, era ele Diretor do Departamento Nacional de Obras contra as Secas — DNOCS, que visava justamente a criar condições de se estabelecer um ponto de água, pelo menos, nas pequenas e médias propriedades, de tal sorte que quando viesse a estiagem, tivéssemos a que recorrer em busca desse precioso líquido indispensável à sobrevivência dos homens e dos animais. Portanto, quero levar a V. Ex^a o meu apoio e o da minha Bancada e clamar, como V. Ex^a o faz, às autoridades competentes, para que não só promovam um socorro de natureza emergencial, nesse momento, a cada Estado do semi-árido, àqueles municípios mais afetados pela falta de água mas, sobretudo, voltem-se mais adequadamente, com mais consciência do problema, para a sua solução definitiva, que já vem desafiando governo após governo, sem que até hoje se tenha chegado a bom termo. Meus parabéns a V. Ex^a pelo seu pronunciamento.

O SR. CHAGAS RODRIGUES — Nobre Líder Humberto Lucena, quero agradecer as palavras de V. Ex^a, palavras de um grande Líder do nosso Nordeste e que, sem dúvida, robustecem e dão uma dimensão bem maior às palavras que estou proferindo, neste momento.

Encerro, Sr. Presidente, este meu pronunciamento, esperando e reclamando providências do Governo e levando a minha total solidariedade às populações do meu Estado e do meu Nordeste.

Durante o discurso do Sr. Chagas Rodrigues, o Sr. Mauro Benevides, Presidente, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Nabor Júnior.

Durante o discurso do Sr. Chagas Rodrigues, o Sr. Nabor Júnior, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Francisco Rollemberg.

O SR. PRESIDENTE (Francisco Rollemberg) — Concedo a palavra ao nobre Senador Nelson Carneiro.

O SR. NELSON CARNEIRO (PMDB — RJ. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores, na tarde de hoje, na cidade do Rio de Janeiro, na sede do Departamento Regional, se comemora uma data muito grata aos que produzem e aos que trabalham neste País. É uma sessão solene, comemorativa, do Cinquentenário do Senai.

À frente dessa entidade de notória contribuição para a preparação profissional no País, está o nosso eminente colega, o Senador Albano Franco, Presidente da Confederação Nacional da Indústria e do Conselho Nacional do Senai.

No âmbito regional, a Presidência do Conselho Regional cabe ao Dr. Artur João Donato, Presidente da Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro e Presidente da Comissão Especial para os Eventos Comemorativos do Cinquentenário do Senai.

E à frente da Exposição Internacional de Equipamentos Didáticos se encontra um jovem engenheiro, uma expressão das mais gratas da geração a que pertence — o Dr. Guimarães.

Sr. Presidente, nesta Casa será desnecessário acentuar a missão que nestes cinquenta anos tem, em todo o País, desempenhado o Senai, na formação de técnicos e especialistas para as mais diversas necessidades do processo de industrialização do País.

Os objetivos básicos do Senai são: assistir aos empresários na elaboração e execução de programas gerais de treinamento de pessoal; proporcionar aos trabalhadores a oportunidade de completar através de cursos a formação profissional; conceder bolsas de estudo e de aperfeiçoamento a pessoal de direção e empregado, e cooperar no desenvolvimento de pesquisas tecnológicas de interesses das indústrias e atividades similares.

O Senai também funciona como órgão consultivo do Governo Federal em estudos relacionados com a formação de trabalhadores na indústria. Só no ano de 1987 o Senai treinou 1 milhão de pessoas, absolvidos totalmente pelo parque industrial brasileiro. Hoje, o Senai tem 769 unidades de ensino, das quais 260 móveis, que operam como postos avançados nas empresas e na própria comunidade. Do total, 514 são próprias; 192 funcionam através de acordo com as indústrias, nas empresas e as demais operam em cooperação com diversas organizações, tais como as prefeituras, por exemplo.

O Senai oferece especialização em artes gráficas, construção civil, mobiliário, refrigeração, construção naval, eletricidade, eletrônica, soldagem, mecânica geral, comando numérico, automação, transportes e confecção. No sentido de dar ao trabalhador uma formação profissional de bom nível, o Senai oferece cursos em níveis de aprendizagem, qualificação e treinamento.

As 23 escolas técnicas e Centro de Tecnologia do Senai formam ainda trabalhadores especializados em calçados, cerâmica, alimentação, plástico, têxtil, metalurgia, agroindústria, mecânica e saneamento — este último, único na América Latina.

Na área da computação está sendo treinada mão-de-obra para a tecnologia de ponta da nova indústria brasileira, através de cursos de informática industrial, automação de manufatura, eletrônica e eletroeletrônica; manutenção de periféricos, instrumentação, formação de pessoal para empresas montadoras e assistência à pequena e média empresa industrial.

O Senai atende ainda à formação superior, através de convênios com universidades em todo o País. A Universidade oferece a parte técnica, a parte teórica e o Senai a parte prática. A atuação externa do sistema do Conselho Nacional de Indústria tem sido efetivada principalmente pelo Senai, que dispõe de uma estrutura específica e desenvolve uma atividade contínua de cooperação técnica internacional.

O Senai tem sido muito dinâmico na América Latina e África, desenvolvendo um trabalho de gerenciamento de negociações técnicas, econômicas e financeiras em outros países e com organismos internacionais. Mantém ainda a execução dos projetos de cooperação técnica no Centro Interamericano de Investigações e Documentação sob formação profissional.

A transferência de tecnologia para a formação profissional do Senai para o exterior abrange países da América Latina, Caribe e África.

Da Alemanha, Canadá, França, Itália e Japão o Senai recebe cooperação técnica, através de projetos e programas ligados às áreas de madeira e mobiliário, meio ambiente e instrumentação industrial.

Veja V. Ex^a e os Srs. Senadores a importância da data que hoje transcorre na vida industrial do País. É a contribuição da Confederação Nacional da Indústria presidida pelo nosso eminente colega Albano Franco. Essa contribuição que venho, neste momento, exaltar da tribuna. Faço votos para que o Senai continue a sua tarefa de criar novos profissionais, habili-

tados para atender ao desenvolvimento do País e da indústria nacional.

Daqui, convocado pelos deveres parlamentares, quero saudar não só o Senador Albano Franco, Presidente da Confederação Nacional da Indústria, como também o Dr. Artur João Donato, Presidente Regional do Senai, e o jovem Roberto Guimarães Boclin, que vai se afirmando como um dos mais expressivos valores da nova geração dos profissionais brasileiros.

Outro assunto me traz à tribuna, Sr. Presidente. Faleceu no último sábado, em Conceição de Macabu, o líder comunitário Francisco Tobias, uma das grandes expressões morais e políticas do interior fluminense. Seu nome está indissoluvelmente ligado à emancipação do Município onde vivia; e de que foi um dos primeiros Prefeitos.

À sua residência, onde o corpo foi velado, acorreram amigos e admiradores de todo o Estado, e seu sepultamento se constituiu em expressiva homenagem ao seu espírito público e à sua modelar existência.

Impossibilitado de levar à família enlutada e ao povo de Conceição de Macabu minha manifestação de imenso pesar, deixo-a consignada nos Anais, como testemunho de admiração àquele saudoso servidor da comunidade fluminense.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente, Srs. Senadores.

DOCUMENTOS A QUE SE REFERE O SR. NELSON CARNEIRO EM SEU DISCURSO:

O SENAI FORMA TÉCNICOS E ESPECIALISTAS PARA AS MAIS DIVERSAS NECESSIDADES DO PROCESSO DE INDUSTRIALIZAÇÃO DO BRASIL

Os objetivos básicos do SENAI são assistir aos empresários na elaboração e execução de programas gerais de treinamento de pessoal: proporcionar aos trabalhadores a oportunidade de completar, através de cursos, a formação profissional; conceder bolsas de estudo e de aperfeiçoamento a pessoal de direção e empregados e cooperar no desenvolvimento de pesquisas tecnológicas de interesse para a indústria e atividades similares.

O SENAI também funciona como órgão consultivo do Governo Federal, em estudos relacionados com a formação de trabalhadores de indústria — só no ano de 1987, o SENAI treinou um milhão de pessoas, absorvidas totalmente pelo Parque Industrial Brasileiro.

Hoje, o SENAI tem 769 unidades de ensino, das quais 260 móveis, que operam como postos avançados nas empresas e na própria comunidade. Do total, 514 são próprias, 192 funcionam através de acordo com indústrias, nas empresas, e as demais operam em cooperação com diversas organizações, tais como prefeituras, por exemplo.

O SENAI oferece especialização em artes gráficas, construção civil, mobiliário, refrigeração, construção naval, eletricidade, eletrônica, soldagem, mecânica geral, comando numérico, automação, transportes e confecção. No sentido de dar ao trabalhador uma formação profissional de bom nível o SENAI oferece cursos em níveis de aprendizagem: qualificação e treinamento.

As 23 escolas técnicas e centros de tecnologia do SENAI formam ainda trabalhadores especializados em calçados, cerâmica, alimentação, plástico, têxtil, metalurgia, agroindústria, metalmeccânica e saneamento (este último, único na América Latina.)

Na área de computação, está sendo treinada mão-de-obra para a tecnologia de ponta da nova indústria brasileira, através de cursos de informática industrial, automação de manufatura, eletrônica e eletroeletrônica, manutenção de periféricos, instrumentação, formação de pessoal para empresas montadoras e assistência à pequena e média empresa industrial.

O SENAI atende ainda à formação superior, através de convênio com universidades em todo o País. A universidade oferece a parte teórica e o SENAI, a parte prática.

A atuação externa do sistema CNI tem sido efetivada principalmente pelo SENAI, que dispõe de uma estrutura específica e desenvolve uma atividade contínua de cooperação técnica internacional.

O SENAI tem sido muito dinâmico na América Latina e África, desenvolvendo um trabalho de gerenciamento de negociações técnicas, econômicas e financeiras em outros países e com organismos internacionais. Mantém, ainda, a execução dos projetos de cooperação técnica do Centro Interamericano de Investigação e Documentação sobre formação profissional.

A transferência de tecnologia para formação profissional do SENAI para o exterior abrange países da América Latina, Caribe e África.

De Alemanha, Canadá, França, Itália e Japão, o SENAI recebe cooperação técnica através de projetos e programas ligados às áreas de madeira e mobiliário, meio ambiente e instrumentação industrial.

O SR. PRESIDENTE (Francisco Rollemberg) — Concedo a palavra ao nobre Senador Eduardo Suplicy.

O SR. EDUARDO SUPLICY (PT — SP. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores, neste instante, no Palácio do Planalto, o Presidente Fernando Collor reúne os Ministros do Governo, algumas lideranças do Congresso Nacional para falar daquilo que a imprensa hoje denomina de Plano "Antiimpeachment".

No centro dessa reunião está a palavra do Ministro da Economia, Marcílio Marques Moreira, que, apresenta, segundo o jornal *O Estado de S. Paulo* e outros jornais, uma proposta de remanejamento dos gastos do Governo até o fim do ano.

"O plano visa a conseguir apoio do Congresso para a rejeição do pedido de impeachment do Presidente, que deve ser apresentado depois da conclusão dos trabalhos da CPI do caso PC". Informa o jornal que serão atendidas reivindicações de governadores, prefeitos e parlamentares. A equipe econômica diz que não há recursos, mas o Ministro admite ceder. As pressões são muito fortes — afirmam seus assessores.

O *Jornal do Brasil* também dá conta, no "Informe JB", do grande dilema que vive a equipe econômica. Alguns dos assessores principais da equipe econômica, inclusive um dos membros principais, o Presidente do Banco Central, Francisco Gros, e o Secretário de Política Econômica, Roberto Macedo, já afirmaram e não admitirão que o fisiologismo tome conta do Governo.

O Ministro Marcílio Marques Moreira, Sr. Presidente Francisco Rollemberg, Srs. Senadores, está por perder toda a credibilidade que havia adquirido durante os seus 15 meses de gestão no Ministério da Economia, se porventura vier a ceder a essa prática.

Não é possível que agora, diante dos fatos gravíssimos que vieram a ser detectados pela Comissão Parlamentar de Inquérito que apura os atos do Sr. Paulo César Farias, procure

o Governo obter o voto de seus aliados no Congresso Nacional, não em função daquilo que objetivamente, imparcialmente, com responsabilidade deve cada um dos Parlamentares examinar à luz da sua consciência, à luz do que diz a lei, à luz do que diz a Constituição sobre o que seja crime contra a probidade, contra a administração pública, crime de responsabilidade, ou eventualmente até crime comum.

Na verdade, haverá, se assim concluir a CPI, naturalmente, e pelo que já se pode deduzir dos fatos levantados e denunciados por cidadãos brasileiros, a partir do relatório da Comissão Parlamentar de Inquérito, sobre a responsabilidade do Presidente da República.

Não se pode admitir, enquanto na Câmara dos Deputados ou no Senado Federal estejam Deputados Federais, Senadores examinando o que se passa, o que se passou sobre os atos de quem praticou o tráfico de influência, de quem foi a fonte de poder para a realização desse tráfico de influência, não se pode admitir que o exame da matéria esteja dependendo da liberação de verbas para esse ou aquele projeto; da liberação de verbas segundo a vontade desse ou daquele parlamentar. Isso é inadmissível! Isso seria a desmoralização do Congresso Nacional.

Também é preciso condenar, repudiar as palavras do Deputado Augusto Farias que, em entrevista à imprensa, explicitamente ao jornal *O Globo* de hoje, chamou o relatório que está por ser escrito pelo Senador Amir Lando de papel higiênico. Isso é algo que fere o decoro parlamentar, isso é algo que nós no Congresso Nacional precisamos condenar com veemência.

É necessário que o Congresso Nacional, ainda mais agora diante das ameaças do Deputado Farias, que já pela terceira vez, diz que está para ser revelado por seu irmão cerca de cem ou mais nomes de Congressistas cujas campanhas teriam sido financiadas pelo esquema de Paulo César Cavalcante Farias. É inadmissível que esse Deputado faça isso e não diga exatamente o que aconteceu. O Deputado Augusto Farias deveria ter a coragem de fazer isso. O Congresso Nacional não pode temer os atos nem as palavras do Sr. Paulo César Cavalcante Farias.

O Sr. Humberto Lucena — Permite-me V. Ex^a um aparte?

O SR. EDUARDO SUPLICY — Com muita honra, nobre Senador.

O Sr. Humberto Lucena — V. Ex^a faz muito bem em vir à tribuna para alertar o Senado e a Nação quanto a essas ameaças do Governo, que, segundo a imprensa, estaria disposto a estabelecer um plano destinado a cooptar Deputados e Senadores, visando a uma articulação em favor do Senhor Presidente da República, num eventual processo de *impeachment* que venha a ser movido contra Sua Excelência, após a aprovação do relatório da Comissão Parlamentar de Inquérito.

Não posso acreditar, nobre Senador Eduardo Suplicy, que, em primeiro lugar, o Sr. Ministro da Economia, Fazenda e Planejamento, pelo seu modo de ser, pela conduta que se traçou até agora, venha a se render a esse propalado plano de ação política que estaria sendo preparado a nível de Governo. Se assim agisse, S. Ex^a perderia toda a sua credibilidade, que, ainda hoje, é muito grande. Podemos discordar do Ministro Márcilio Marques Moreira no que tange à política econômica de caráter recessivo que S. Ex^a teima em manter, por ser de sua convicção que esse é o melhor caminho para com-

bater a inflação no Brasil e fazer com que a economia volte a crescer, mas não negamos a sua seriedade e competência. Entretanto, se S. Ex^a viesse a mudar de postura, admitindo a liberação de verbas para o atendimento de compromissos de natureza política, numa hora grave como essa que estamos vivendo, S. Ex^a perderia muito, não só perante o Congresso, mas perante a Nação de um modo geral. Também não quero admitir a hipótese de que Senadores e Deputados que integram a Bancada de sustentação parlamentar do Governo nas duas Casas do Congresso, por mais solidários que sejam politicamente ao Senhor Presidente da República, venham, amanhã, a se deixar envolver por essa política de caráter fisiológico, apenas com o objetivo de servir ao Chefe da Nação no momento em que Sua Excelência vier, se isso se verificar, a responder a um processo por crime de responsabilidade no Congresso Nacional, isto é, mediante autorização da Câmara e julgamento do Senado. Em suma, entendo que V. Ex^a tem razão em vir à tribuna para fazer essa advertência, mas prefiro confiar realmente em que o Ministro Márcilio Marques Moreira manterá a sua linha de conduta, até por uma questão relacionada com a própria estabilidade da situação econômica do País — que não é das melhores, apesar dos êxitos obtidos por S. Ex^a, com o nosso apoio no Senado, na negociação da dívida externa — diante de uma inflação que perdura acima de dois dígitos. Por outro lado, ainda abro um crédito aos Senadores e Deputados que integram a Bancada de apoio ao Governo nas duas Casas do Congresso Nacional, certo de que terão na consciência uma voz que fala mais alto, a voz da dignidade pessoal e política.

O SR. EDUARDO SUPLICY — Agradeço imensamente as palavras de experiência e de grande significado que V. Ex^a traz, nesta tarde, ao Plenário do Senado, ainda mais como Líder do PMDB.

Hoje, Senador Humberto Lucena, eu imaginava ter que atender a alguns compromissos em São Paulo, quando vi estampada nos jornais essa manchete, que é notícia em quase todos os jornais, de que o Governo, e em especial o Ministro Márcilio Marques Moreira, pressionado pelo Ministro Ricardo Fiúza, estava quase que num cerco. O Ministro Ricardo Fiúza parece estar dizendo ao Palácio do Planalto: “Não adianta. Acabem com essa política de austeridade. Temos que abrir as torneiras para atender aos pedidos dos Parlamentares, se é que desejamos ter votos favoráveis ao Presidente”.

Bem salientou V. Ex^a que o que se espera, ou que cada um dos eleitores dos representantes do Congresso Nacional pode esperar é que cada um vote de acordo com a sua consciência, com a sua convicção, após a análise dos fatos que têm estarrecido a Nação brasileira.

Então, a minha palavra, juntamente com a sua, Senador Humberto Lucena, é exatamente no sentido de fazer um alerta ao Ministro Márcilio Marques Moreira: não permita que isso ocorra; caso contrário, a sua credibilidade cairá por terra. Não admita que possam eventuais Parlamentares do Congresso Nacional estar fazendo com que os seus votos sobre os atos que foram examinados pela Comissão Parlamentar de Inquérito sejam objeto de barganha ou de qualquer outra análise que não seja o mérito sobre o que realmente aconteceu.

O Sr. Josaphat Marinho — Permite-me V. Ex^a um aparte?

O SR. EDUARDO SUPLICY — Com muita honra, Senador Josaphat Marinho.

O Sr. Josaphat Marinho — Nobre Senador Eduardo Suplicy, não respondo pela Liderança nem pela defesa do Governo. Guardo, em relação a ele, notoriamente, posição de independência. Não lhe sou hostil e nem lhe dou apoio incondicional. A minha posição é a de representação pela Bahia. Voto, num sentido ou noutro, conforme o interesse público. Sou, porém, membro do Partido da Frente Liberal e não posso deixar que corra em julgado a idéia de que as modificações que se estão pretendendo fazer na distribuição de recursos seja em função de pressão do Partido que apóia o Governo. Nem é exato que o Ministro Fiúza haja feito a declaração a que V. Ex^a se referiu.

O SR. EDUARDO SUPLICY — É o que está nos jornais.

O Sr. Josaphat Marinho — O que o Ministro Fiúza está pedindo é a distribuição de recursos no plano social e que lhe permitam atender às verbas orçamentárias distribuídas pelos próprios Parlamentares. É disso que se cuida. Se houver o abuso concreto a que estão se referindo os jornais e V. Ex^a, então a acusação deverá ser feita. Do contrário, é uma presunção. Esta presunção houve sempre. Quando no Governo passado, de maioria preponderante do PMDB, se discutiu o problema de manutenção do prazo do Presidente da República, também se disse abertamente que estavam sendo distribuídos recursos para atender a interesses políticos. Precisamos ter cuidado nessas acusações para não sermos levianos. Não me cabe defender, mas me cabe fazer esta ressalva porque eu, por exemplo, que sou membro do Partido da Frente Liberal, não fiz nem faço nenhuma pressão ao Governo para distribuição de recursos.

O SR. EDUARDO SUPLICY — Em primeiro lugar, muito me honra que V. Ex^a traga a palavra do PFL, até porque tenho estranhado, prezado Senador Josaphat Marinho, que nas últimas semanas se venha escasseando a presença dos Senadores desse Partido na tribuna do Senado Federal, em especial nos momentos em que se analisa o caso decorrente da Comissão Parlamentar de Inquérito.

Sinceramente, nobre Senador, percebo que o Presidente Fernando Collor de Mello vem tendo uma diminuição de apoio no Senado Federal e no Congresso Nacional. Para cada fato que surge, não aparecem os que o defendam; não aparecem os que tragam esclarecimentos. É como se nas hostes dos Partidos que apóiam o Governo, em especial do PFL e do PRN, se notasse a perda da fibra, da energia, da razão para defender o Presidente Fernando Collor de Mello pelos fatos que aos poucos se vêm desdobrando, trazidos à luz, em especial, pelo trabalho da Comissão Parlamentar de Inquérito e da imprensa. Então, quando vejo V. Ex^a como único Senador do PFL aqui, inclusive procurando trazer palavras de bom-senso, palavras no sentido de que, de forma alguma, aceitaria que Parlamentares viessem a votar senão de acordo com a sua consciência ou com a sua convicção, quero agradecer a postura de V. Ex^a.

V. Ex^a menciona que ao tempo do Presidente José Sarney também houve, pela imprensa, muitas notícias sobre Parlamentares que estariam aceitando certos favores, como concessões de rádio e televisão. Ora, Senador Josaphat Marinho, eu não estava aqui naquele momento, mas gostaria de lembrar que...

O Sr. Josaphat Marinho — Permita-me retificar que não fiz menção, especificamente, a nenhum tipo de recurso. Men-

cionei o que havia sido alegado: que houve distribuição de recursos para facilitar a solução política.

O SR. EDUARDO SUPLICY — Mas, como isso foi muito mencionado, eu liguei os fatos.

O Sr. Josaphat Marinho — Aí V. Ex^a os invoca sob sua responsabilidade.

O SR. EDUARDO SUPLICY — Mas gostaria de lembrar que é fato da história, importante, porque se formos pensar qual é a origem de um dos principais Partidos desta Casa — refiro-me à origem do PSDB — os seus fundadores declararam que, como não admitiam naquela forma de distribuição de favores, concessões de rádio ou de televisão ou outros que estariam ocorrendo, resolveram formar um novo Partido. Com todo o respeito aos membros do PSDB, do PMDB, isso é fato da história. Eles, os Membros do PSDB, registraram isso na época.

Pois bem, seria lamentável que aqui viesse a ocorrer fenômeno semelhante outra vez. Eu espero que não seja por causa desse motivo que novos Partidos venham a se formar. Aliás, é por essa razão que eu avaliei como importante trazer aqui um alerta a um Ministro por quem tenho respeito e amizade. Quando o Ministro Marcílio Marques Moreira, de quem também discordo em muitos aspectos, mas em quem tenho reconhecido seriedade de propósitos no que diz respeito aos instrumentos de política econômica... Tenho aqui registrado as minhas críticas, mas sempre mantive com S. Ex^a um diálogo de maior respeito. Tenho ouvido suas exposições aqui da tribuna, bem como nas diversas ocasiões em que, inclusive, fomos convidados, ora à residência do Senador Marco Maciel, ora à residência do Senador Ronan Tito, para dialogar informalmente com os Senadores sobre questões tais como a da dívida externa.

Quando o Ministro Marcílio Marques Moreira convidou para ser seu Chefe de Gabinete uma pessoa que foi Deputado Estadual e que é meu colega na Comissão Teotônio Vilela — refiro-me a José Gregori, que foi seu companheiro de gabinete ao tempo em que era Ministro San Thiago Dantas — eu, de pronto, escrevi-lhe uma carta breve, um breve bilhete cumprimentando-o pela escolha de José Gregori, porque sei ser uma pessoa de procedimento sempre correto na sua vida. E fico imaginando o dilema que está vivendo hoje o Chefe de Gabinete José Gregori se, porventura, o Ministro Marcílio Marques Moreira se enredar por um caminho que não é, até hoje, o da sua história.

Quando o Ministro Ricardo Fiúza fala que quer simplesmente um remanejamento de verbas, ou a liberação de recursos que antes o Ministro Marcílio Marques Moreira havia contingenciado em função da queda da arrecadação, em função dos objetivos de combate à inflação, espero que não esteja o Ministro Ricardo Fiúza a dizer que é preciso fazer essa obra porque senão não vamos ter o voto favorável do parlamentar "a", "b" ou "c". Isso é que não se pode admitir. E espero que haja uma segunda reflexão no âmbito do Ministério e do Palácio do Planalto. Aliás, gostaria que o Presidente Fernando Collor de Mello, no próximo dia 12 de agosto, que é dia de seu aniversário, se dê um presente, pois acredito que ele mereça um presente. No dia 12 de agosto, o Presidente Fernando Collor de Mello merece estar em paz com a sua consciência e, assim, acredito, tem o Presidente Fernando Collor de Mello a oportunidade de se dar um presente, de estar em paz com a sua consciência: fazer um pronunciamento à Nação, mas desta vez dizendo a verdade, toda a verdade.

que se passou desde o primeiro dia do seu Governo até hoje. Qual foi de fato o relacionamento que houve, que permitiu, em termos, a influência exercida por pessoas como Paulo César Cavalcante Farias, Leopoldo Collor de Mello, Alcides dos Santos Diniz e todos esses nomes que estamos examinando na Comissão Parlamentar de Inquérito. É a sugestão que deixo.

Gostaria, Sr. Presidente, Srs. Senadores, de dizer da importância da fase a se iniciar esta semana na CPI, quando ouviremos alguns dos principais empresários do País. Amanhã, o presidente da Tratex, Flávio Rabelo, e o presidente da Cetenco, João Vicente Granato Barbosa.

É da maior importância que esses empresários sejam encorajados a vir dizer, perante o Congresso Nacional, tudo o que se passou.

Nesse sentido inclusive, conversei, sábado último, com o superintendente do grupo Votorantin, Antônio Ermírio de Moraes, por 1h15min e disse-lhe: prezado Dr. Antônio Ermírio, por quem tenho muito respeito, é de sua característica falar francamente. O senhor é um dos empresários mais respeitados na história deste País. Como seria importante se viesse ao Congresso Nacional, à Comissão Parlamentar de Inquérito falar tudo o que sabe. Tomei conhecimento de muitas coisas que gostaria fossem ouvidas por toda a Nação.

Um fato que julgo relevante aqui lembrar, porque, no dia 8 de novembro de 1990, o Sr. Antônio Ermírio de Moraes disse: há ladrão no Governo. Por essa declaração, publicada no jornal *O Globo*, o Presidente Fernando Collor de Mello o interpelou. Disse-me o referido empresário, sábado passado: "Ah, se naquela ocasião tivesse um Parlamentar vindo aqui, como você está fazendo hoje, teria detectado a pista daquilo que, hoje, está sendo objeto das apurações da Comissão Parlamentar de Inquérito."

Tenho a convicção de que, se puderem vir aqui Antônio Ermírio de Moraes, Emílio Odebrecht, Eduardo Borges de Andrada, além de João Vicente Granato Barbosa e Flávio Rabelo, o Presidente da OAS, enfim, representantes dos principais grupos empresariais do País, pelo menos alguns dos mais representativos, que tiveram esse relacionamento com o Sr. Paulo César Farias, que sentiram a maneira como ele os abordou e, segundo o que se pode deduzir, de forma a extorquir, caso eles quisessem ter aprovados seus projetos, seja nos Ministérios da Ação Social, da Economia, da Saúde ou empréstimos liberados, no Banco do Brasil, no BNDES, na Caixa Econômica Federal, teriam, então, que assinar, ou fazer pagamentos como prestação de assessoria econômica e fiscal.

Ah! Como será importante ouvir as palavras desses empresários.

Quero, ainda, esclarecer um ponto. Na semana passada, alguns de meus companheiros no Congresso Nacional, tanto na Câmara dos Deputados quanto no Senado, censuraram-me por ter trazido à tribuna do Senado, antes da CPI, o assunto e, inclusive, a presença da Secretária Sandra Fernandes de Oliveira.

Gostaria de dizer o seguinte. Há três semanas que venho tentando convencer a CPI, os meus colegas, que será importante ouvir os empresários. Finalmente, na última quinta-feira, o Senador Maurício Corrêa colocou o assunto em votação e agora eles estão comparando a partir dos presidentes da Cetenco e da Tratex. Mas, tinha a convicção de que, se não tivesse trazido o assunto à tribuna do Senado, inclusive apresentando a Srª Sandra Fernandes de Oliveira, talvez até hoje

estivesse tentando convencer os membros da CPI de que o seu depoimento seria importante. Então, peço a compreensão dos senhores para esse ato político.

Como ainda hoje diz Etevaldo Dias, que foi convidado para ser o porta-voz do Governo Collor, na sua coluna de hoje, como que procurando dar a entender também na *Folha de S. Paulo* que estaria agindo dessa maneira em função de ser candidato a Prefeito por São Paulo, quero colocar que, em nenhum momento da minha vida de Deputado Estadual, Federal, Vereador ou Senador, deixei de cumprir com minha responsabilidade parlamentar pelo fato de ser candidato a outro cargo. Disse aos meus companheiros de Partido, que pediram que eu fosse candidato a Prefeito, que eu não abriria mão de procurar bem realizar, bem exercer o mandato que me foi conferido, de Senador pelo povo de São Paulo.

O Sr. Antônio Mariz — Permite-me V. Exª um aparte?

O SR. EDUARDO SUPLYCY — Com muita honra, Senador Antônio Mariz.

O Sr. Antônio Mariz — Senador Eduardo Suplicy, V. Exª não precisa se defender dessa eventual censura — e sei que V. Exª, na verdade, não está argumentando nesse sentido —, porque seria absolutamente desnecessário. Ao contrário, os que analisaram a participação de V. Exª nesse episódio, na perspectiva dos objetivos da Comissão, quais o de apurar a verdade, reconhecem, na iniciativa tomada por V. Exª uma inestimável contribuição aos resultados que são buscados. De fato, o depoimento antecipado nas palavras de V. Exª, na tribuna do Senado, contribuiu para que constituísse a moldura adequada ao depoimento que ouviríamos, em seguida, do Sr. Cláudio Vieira; foi essencial para a elucidação do depoimento dispormos previamente das informações que, por sua palavra, foram trazidas pela testemunha que V. Exª apresentou posteriormente.

O SR. EDUARDO SUPLYCY — Sandra Fernandes de Oliveira.

O Sr. Antônio Mariz — Exatamente. Quero dar esse testemunho a V. Exª e o depoimento dessa senhora na Comissão, de fato, teve a natureza, o caráter de autenticidade, de espontaneidade que o qualificam como um testemunho preciso no processo de apuração dos fatos. Portanto, não há por que V. Exª penitenciar-se por ter antecipado ao conhecimento público, às declarações que ela faria em seguida.

O SR. EDUARDO SUPLYCY — Agradeço a V. Exª, Senador Antônio Mariz, pois, no dia do depoimento de Sandra Fernandes de Oliveira, soube perceber a importância, para a Nação, das suas palavras, da sua coragem e da dignidade com que se portou.

É interessante observar que as palavras colocadas pelo Presidente da República, no pronunciamento à Nação, num domingo à noite em cadeia nacional, foram principalmente desmontadas pelo depoimento de um motorista: Francisco Eriberto Freire França e de uma secretária: Sandra Fernandes de Oliveira. São cidadãos comuns, brasileiros, que ainda acreditam possa o Brasil funcionar de maneira honesta, com valores próprios da dignidade do ser humano.

Muito obrigado.

COMPARECEM MAIS OS SRS. SENADORES:

Almir Gabriel — Amazonino Mendes — Eduardo Suplicy — Elcio Álvares — Francisco Rollemberg — Henrique

Almeida — Hydekêl Freitas — Jarbas Passarinho — Jonas Pinheiro — José Sarney — Levy Dias — Marco Maciel — Mário Covas — Maurício Corrêa — Meira Filho.

O SR. PRESIDENTE (Francisco Rollemberg) — Esgotado o tempo destinado ao Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA

Item 1:

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 58, DE 1992 — COMPLEMENTAR

(Em regime de urgência, nos termos do art. 353, Parágrafo único, do Regimento Interno.)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 58, de 1992 (nº 73/91, na C de iniciativa do Presidente da República, que institui a Lei Orgânica da Advocacia-Geral da União e dá outras providências, tendo

PARECER proferido em Plenário. Relator: Senador Cid Sabóia de Carvalho, favorável ao Projeto e às Emendas de nºs 2, 3, 4, 5, 7, 8, 9, 10, 12, 13, 15, 17, 18, 19, 20, 25, 26, 27, 28, 29, 30, 33, 37, 44 e 52, nos termos do Substitutivo que oferece; contrário às de nºs 11, 14, 16, 22, 24, 31, 32, 34, 39, 40, 41, 42, 43, 45, 46, 47, 48, 50, 51, 53, 54, 55 e 58; pela prejudicialidade das de nºs 1, 6, 21, 23, 35, 36, 38, 49, 56 e 57.

Em discussão o projeto substitutivo e as emendas, em turno único. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão. A votação fica adiada por falta de quorum.

O SR. PRESIDENTE (Francisco Rollemberg) — Item 2:

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 57, DE 1992

(Em regime de urgência, nos termos do art. 353, Parágrafo único, do Regimento Interno.)

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 57, de 1992 (nº 91/91, na Câmara dos Deputados), que renova a permissão outorgada à RBC — Rede Bahiana de Comunicação Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na Cidade de Feira de Santana, Estado da Bahia (Dependendo de Parecer.)

Nos termos do art. 140, a, do Regimento Interno, designo o nobre Senador João França para proferir o parecer.

O SR. JOÃO FRANÇA (PDS — RR. Para proferir parecer. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores:

I — Relatório

Vem ao nosso exame, para parecer, o Projeto de Decreto Legislativo nº 57, de 1992 (nº 91-B, de 1991, na Câmara dos Deputados), que “aprova o ato que renova a permissão outorgada à RBC — Rede Bahiana de Comunicação Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Feira de Santana, Estado da Bahia”.

Por meio da Mensagem Presidencial nº 683, de 1989, o Excelentíssimo Senhor Presidente da República submeteu ao Congresso Nacional, nos termos do art. 49, inciso XII, combinado com o § 1º do art. 223, da Constituição Federal, ato que renova por 10 (dez) anos, a partir de 26 de agosto de 1987, a permissão outorgada RBC — Rede Bahiana de Comunicação Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, ato este constante da Portaria nº 159, de 15 de setembro de 1989, publicada no *Diário Oficial da União* de 17 de outubro de 1989.

A documentação anexada à Mensagem Presidencial informa que o processo foi examinado pelos órgãos técnicos do então Ministério das Comunicações, constatando-se o atendimento aos requisitos legais e técnicos atinentes ao procedimento renovatório.

É a seguinte a composição acionária da RBC — Rede Bahiana de Comunicação Ltda.:

— Modesto Cerqueira	10.000.000 cotas
— Modêzil Ferreira de Cerqueira	9.960.000 cotas
— Florisberto Ferreira de Cerqueira	40.000 cotas
Total: 20.000.000 cotas	

O presente projeto, examinado pela Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática da Câmara dos Deputados, recebeu parecer favorável de sua Relatora, Deputada Irma Passoni, e aprovação unânime daquela Comissão. Já na Comissão de Constituição e Justiça e de Redação daquela Casa foi considerado constitucional, jurídico e vazado em boa técnica legislativa.

No Senado, esteve no Projeto nesta Comissão de Educação à disposição dos senhores Senadores para o recebimento de emendas, no prazo regimental, não tendo merecido quaisquer reparos.

II — Voto do Relator

Diante da regularidade dos procedimentos e do testemunho ministerial de que a RBC — Rede Bahiana de Comunicação Ltda., atende a todos os requisitos técnicos e legais para a renovação da permissão, opinamos pela aprovação do ato, na forma do presente Projeto de Decreto Legislativo.

O SR. PRESIDENTE (Francisco Rollemberg) — O parecer é favorável.

Completada a instrução da matéria, passa-se à discussão do projeto, em turno único. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão. A votação do projeto fica adiada por falta de quorum.

O SR. PRESIDENTE (Francisco Rollemberg) — Item 3:

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 121, DE 1991

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do art. 172, I, do Regimento Interno.)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 121, de 1991, de autoria do Senador Marco Maciel, que determina a contagem como tempo de serviço no exterior, para todos os fins, o tempo de licença de diplomata cônjuge de diplomata em exercício no exterior, tendo

PARECER de Plenário. Relator: Senador Áureo Mello, favorável ao Projeto, nos termos do Substitutivo que oferece.

A matéria ficou sobre a mesa durante cinco sessões ordinárias a fim de receber emendas, nos termos do art. 235, § 2º, d, do Regimento Interno.

Ao projeto não foram apresentadas emendas.

Em discussão o projeto, em turno único. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

A votação fica adiada por falta de quorum.

O SR. PRESIDENTE (Francisco Rollemberg) — Na presente sessão terminou o prazo para a apresentação de emendas às seguintes matérias:

— Projeto de Lei do Senado nº 10, de 1991, de autoria do Senador Jutahy Magalhães, que dispõe sobre critérios para outorga e renovação de concessão ou permissão de serviço de radiodifusão sonora e de sons e imagens;

— Projeto de Lei do Senado nº 95, de 1991, de autoria do Senador Eduardo Suplicy, que dispõe sobre a divulgação dos principais devedores junto à Secretaria da Receita Federal, ao Ministério do Trabalho e da Previdência Social e Caixa Econômica Federal e dá outras providências; e

— Projeto de Lei do Senado nº 132, de 1991, de autoria do Senador Eduardo Suplicy, que dispõe sobre o depoimento de autoridade ou cidadão perante as comissões da Câmara dos Deputados, do Senado Federal e do Congresso Nacional.

Ao Projeto de Lei do Senado nº 10, de 1991, não foram apresentadas emendas.

A matéria será incluída em Ordem do Dia, oportunamente.

Aos Projetos de Lei do Senado nºs 95 e 132, de 1991, foram apresentados substitutivos.

As matérias retornarão à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, para exame dos substitutivos.

São os seguintes os substitutivos apresentados:

EMENDA Nº 1 (Substitutivo)

Ao Projeto de Lei do Senado nº 95, de 1991

Que estende à cobrança do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço — FGTS o disposto no art. 1º da Lei nº 7.711, de 22 de dezembro de 1988, nos termos do art. 235, II, “d”, do Regimento Interno.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Aplica-se às contribuições para o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço — FGTS o disposto no art. 1º da Lei nº 7.711, de 22 de dezembro de 1988, cabendo à Caixa Econômica Federal adotar as providências previstas no § 2º do mesmo artigo.

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Justificação

O Projeto de Lei nº 95, de 1991, é equivocado, uma vez que as contribuições para o Programa de Integração Social (PIS) e para o Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público (Pasep) são arrecadadas ao Tesouro Nacional, cabendo ao Departamento da Receita Federal fiscalizar o recolhimento, conforme dispõe o art. 6º do Decreto-Lei nº 2.502, de 3 de agosto de 1983.

Assim, mais acertado estender-se às contribuições para o FGTS as normas aplicáveis aos tributos arrecadados pelo Departamento da Receita Federal, inclusive quanto à publi-

cidade das inadimplências (Lei nº 7.711, de 22 de dezembro de 1988.)

Sala das Sessões, 30 de junho de 1992. — **Jonas Pinheiro.**

EMENDA Nº 1 (Substitutivo)

Ao Projeto de Lei do Senado nº 132, de 1991

Que dispõe sobre o depoimento perante as Comissões da Câmara dos Deputados, do Senado Federal e do Congresso Nacional, nos termos do art. 235, II, “d”, do Regimento Interno.

O Congresso nacional decreta:

Art. 1º Se, regularmente intimado, o depoente ou indiciado deixar de comparecer perante comissão da Câmara dos Deputados, Senado Federal ou Congresso Nacional, sem motivo devidamente justificado, poderá o Presidente da Comissão requerer ao juiz criminal da localidade onde se encontre ou resida o depoente ou indiciado a sua intimação e condução, na forma do art. 218 do Código de Processo Penal.

Parágrafo único. Na hipótese deste artigo, ficará o depoente ou o indiciado sujeito, ainda, às sanções previstas no art. 219 do Código de Processo Penal.

Art. 2º Constitui crime:

I — impedir ou tentar impedir, mediante violência, ameaça ou dúbio, o regular funcionamento de Comissão Parlamentar, ou o livre exercício das atribuições de qualquer dos seus membros.

Pena — Reclusão de um a três anos e multa.

II — fazer afirmação falsa, negar ou calar a verdade como depoente em Comissão Parlamentar, ou recusar a apresentação de documentos de que disponha.

Pena — Reclusão de um a três anos e multa.

§ 1º As penas são aumentadas de um terço, se o crime é praticado mediante suborno.

§ 2º No caso do inciso II, o fato deixa de ser punível se o agente, nas setenta e duas horas que se seguirem ao depoimento, e antes do encerramento dos trabalhos da Comissão, declarar a verdade ou formular retratação.

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revoga-se a Lei nº 1.579, de 18 de março de 1952.

Justificação

O Projeto de Lei nº 132/91 objetiva estabelecer normas sobre o depoimento de autoridade ou cidadão perante as comissões da Câmara dos Deputados ou do Senado Federal e do Congresso Nacional.

É preciso notar que o projeto de lei não se ajusta ao texto constitucional, propondo se regule mediante lei o que é matéria de competência privativa do Congresso Nacional e das suas Casas.

Com efeito, as Comissões permanentes e temporárias do Congresso Nacional e das suas Casas são constituídas na forma e com as atribuições previstas no respectivo regimento ou no ato de que resultar sua criação (art. 58, caput). As atribuições essenciais das comissões estão listadas no § 2º do art. 58 e o § 3º do mesmo artigo diz que as comissões parlamentares de inquérito “terão poderes próprios das autoridades judiciais, além de outros previstos nos regimentos das respectivas Casas”.

É aos regimentos internos, ou ao ato de criação da Comissão — portanto matéria de resolução e não de lei — que cabe definir os poderes inquisitórios das Comissões, ou das normas relativas ao funcionamento.

O Regimento Interno desta Casa regulamenta, no seu Título VI, com a necessária minudência a constituição e o funcionamento das Comissões, tornando descabidas as normas dos arts. 1º a 10 do Projeto de Lei, que dispõe a respeito do funcionamento das Comissões. (Veja-se, no Regimento Interno, o Título VI e, mais especificamente, os arts. 142 a 151.)

Todavia, podem ser objeto de lei as normas de natureza penal e as relativas à proteção do sigilo e à condução dos depoentes recalcitrantes, conforme substitutivo em anexo.

Sala das Sessões, 30 de junho de 1992. — **Gerson Camata.**

O SR. PRESIDENTE (Francisco Rollemberg) — Não há mais oradores inscritos.

Nada mais havendo a tratar, a Presidência vai encerrar os trabalhos, designando para a sessão ordinária de amanhã a seguinte

ORDEM DO DIA

— 1 —

PROJETO DE LEI DA CÂMARA

Nº 58, DE 1992 — COMPLEMENTAR

(Em regime de urgência, nos termos do art. 353, parágrafo único, do Regimento Interno.)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 58, de 1992-Complementar (nº 73/91, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que institui a Lei Orgânica da Advocacia-Geral da União, e dá outras providências, tendo

PARECER, proferido em Plenário, Relator: Senador Cid Sabóia de Carvalho, favorável ao Projeto e às Emendas de nºs 2, 3, 4, 5, 7, 8, 9, 10, 12, 13, 15, 17, 18, 19, 20, 25, 26, 27, 28, 29, 30, 33, 37, 44 e 52; na forma do Substitutivo que apresenta; contrário as de nºs 11, 14, 16, 22, 24, 31, 32, 34, 39, 40, 41, 42, 43, 46, 47, 48, 50, 51, 53, 54, 55 e 58; pela prejudicialidade das de nºs 1, 6, 21, 23, 35, 36, 38, 49, 56 e 57.

— 2 —

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 57, DE 1992

(Em regime de urgência, nos termos do art. 353, parágrafo único, do Regimento Interno.)

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 57, de 1992 (nº 91/91, na Câmara dos Deputados), que renova a permissão outorgada à RBC — Rede bahiana de comunicação Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na Cidade de Feira de Santana, Estado da Bahia, tendo

— **PARECER** Favorável, proferido em Plenário, Relator: Senador João França.

— 3 —

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 1, DE 1992

Votação, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 1, de 1992 (nº 902/901, na Casa de origem); que altera dispositivos da Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1972 — Código de Processo Civil, referentes à prova pericial, tendo

— **PARECER** Favorável, sob nº 132, de 1992, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

— 4 —

PROJETO DE LEI DO SENADO

Nº 26, DE 1992 — COMPLEMENTAR

Votação, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 26, de 1991-Complementar, de autoria do Senador Ronaldo Aragão, que altera a Lei Complementar nº 41, de 22 de dezembro de 1981, tendo

— **PARECER** Favorável, sob nº 39, de 1992, da Comissão — de Assuntos Econômicos.

— 5 —

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 121, DE 1991

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do art. 172, do Regimento Interno.)

Votação, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 121, de 1991, de autoria do Senador Marco Maciel, que determina a contagem como tempo de serviço no exterior, para todos os fins, o tempo de licença de diplomata cônjuge de diplomata em exercício no exterior, tendo

— **PARECER** de Plenário, Relator: Senador Áureo Mello, favorável ao Projeto, nos termos de Substitutivo que oferece.

— 6 —

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 7, DE 1992

Discussão, em turno único, da Proposta de Emenda à Constituição nº 7, de 1992 (nº 82/91, na Câmara dos Deputados), que altera o art. 29 da Constituição Federal, tendo

— **PARECER** Favorável, sob nº 246, de 1992, da — Comissão Temporária.

— 7 —

MATÉRIA A SER DECLARADA PREJUDICADA

Projeto de Lei do Senado nº 377, de 1991, de autoria do Senador Raimundo Lira, que proíbe a incineração de peles de animais silvestres abatidos em caça predatória e dá outras providências.

O SR. PRESIDENTE (Francisco Rollemberg) — Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão à 16 horas e 45 minutos.)

ATA DA 137ª SESSÃO, EM 30 DE JUNHO DE 1992

(Publicada no DCN (Seção II), de 1º-7-92)

RETIFICAÇÃO

Na página nº 5506, 1ª coluna, no art. 8º do Projeto de Lei do Senado nº 94, de 1992.

Onde se lê:

Art. 87º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Leia-se:

Art. 8º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

ATOS DO PRESIDENTE**ATO DO PRESIDENTE Nº 314, DE 1992**

O Presidente do Senado Federal, no uso de sua competência regimental e regulamentar, Resolve designar o servidor **JOÃO ORLANDO BARBOSA GONÇALVES**, Diretor da Secretaria de Comunicação Social do Senado Federal, para manter contatos com equipes técnicas do Ministério da Educação, com vistas ao desenvolvimento de projeto conjunto, para a produção de programa sobre grandes temas nacionais, gerado pela Fundação Roquete Pinto — TVE, em rede nacional.

Senado Federal, 30 de julho de 1992. — Senador **Mauro Benevides**, Presidente.

ATO DO PRESIDENTE Nº 315, DE 1992

O Presidente do Senado Federal, no uso da sua competência regimental e regulamentar, de conformidade com a delegação de competência que lhe foi outorgada pelo Ato da comissão Diretora nº 2, de 4 de abril de 1973, e tendo em vista o que consta do Processo nº 009.106/92-8, Resolve aposentar, voluntariamente, **MARIA APARECIDA SANTOS PEREIRA**, Assessor Legislativo, Parte Especial do Quadro Permanente do Senado Federal, nos termos do art. 40, inciso III, alínea c, da Constituição da República Federativa do Brasil, combinado com os arts 186, inciso III, alínea c, e 67, da Lei nº 8.112, de 1990, bem assim com o art. 11 da Resolução (SF) nº 87, de 1989, com proventos proporcionais ao tempo de serviço, observado o disposto no art. 37, inciso XI, da Constituição Federal.

Senado Federal, 3 de agosto de 1992. — Senador **Mauro Benevides**, Presidente.

SECRETARIA-GERAL DA MESA

(Quarta Sessão Legislativa Extraordinária da Quadragésima Nona Legislatura)

(Resenha das matérias apreciadas de 1º a 31 de julho de 1992 — art. 269, II, do Regimento Interno)

SUMÁRIO DAS MATÉRIAS APROVADAS PELO SENADO FEDERAL (durante a quarta sessão legislativa extraordinária da quadragésima nona legislatura — mês de julho/92)

— Projetos aprovados e enviados à sanção	4
— Projetos aprovados e enviados à promulgação	4
— Projeto aprovado e enviado à Câmara dos Deputados	1
— Mensagem aprovada relativa à escolha de Autoridade	1

Projetos aprovados e enviados à sanção:

— Projeto de Lei da Câmara nº 62, de 1992 (nº 2.905/92, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que dispõe sobre os vencimentos dos docentes de 1º e 2º graus pertencentes ao Plano único de Classificação e Retribuições

de Cargos, de que trata a Lei nº 7.596, de 10 de abril de 1987. — Sessão: 7-7-92.

— Projeto de Lei da Câmara nº 60, de 1992 (nº 2.341/91, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que altera a estrutura do Ministério das Relações Exteriores, e dá outras providências. — Sessão 9-7-92.

— Projeto de Lei da Câmara nº 61, de 1992, (nº 2.486/92, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que altera os artigos 30 e 58 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, que dispõe sobre a organização da Seguridade Social e institui Plano de Custeio, e o artigo 41 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, que dispõe sobre os Planos de Benefícios da Previdência Social. — Sessão: 9-7-92.

— Emenda da Câmara ao Projeto de Lei do Senado nº 193, de 1986 (nº 8.342/86, naquela Casa), que acrescenta parágrafo ao artigo 153 do Código Eleitoral, com vistas a facilitar a votação de eleitores com impedimento religioso. — Sessão: 28-7-92.

Projetos aprovados e enviados à promulgação:

— Projeto de Resolução nº 47, de 1992, apresentado pelo Senador Aureo Mello como conclusão de seu Parecer de Plenário, que autoriza a República Federativa do Brasil a contratar operação de crédito externo, no valor de US\$126,000,000.00 (cento e vinte e seis milhões de dólares norte-americanos), junto ao Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento — BIRD, destinada ao financiamento parcial do projeto de Descentralização do Transporte Ferroviário Metropolitano no Estado de São Paulo. — Sessão: 14-7-92.

— Projeto de Resolução nº 48, de 1992, apresentado pelo Senador Aureo Mello como conclusão de seu Parecer de Plenário, que autoriza a contratação, com a garantia da República Federativa do Brasil, de operação de crédito externo, no valor de US\$50,000,000.00 (cinquenta milhões de dólares norte-americanos), entre o Banco de Desenvolvimento Econômico e Social — BNES e o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento — BIRD, destinada a financiar parcialmente o Projeto Nacional de Controle da Poluição Industrial — POLUBRÁS. Sessão: 14-7-92.

— Projeto de Resolução nº 50, de 1992, apresentado pelo Senhor Esperidião Amin como conclusão de seu parecer de Plenário, que autoriza a República Federativa do Brasil a contratar operação de crédito externo, no valor equivalente a trinta milhões de marcos alemães, destinada ao co-financiamento do Programa Nacional do Meio Ambiente — PNMA. — Sessão: 21-7-92.

— Projeto de Resolução nº 53, de 1992, apresentado pelo Senador Esperidião Amin como conclusão de seu parecer de Plenário, que restabelece a vigência da Resolução nº 88, de 1991 do Senado Federal. — Sessão: 28-7-92.

Projeto aprovado e enviado à Câmara dos Deputados:

— Emendas do Senado ao Projeto de Lei da Câmara nº 68, de 1992 (nº 2.990/92, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que regulamenta os arts. 37, inciso XI e 39, § 1º, da Constituição Federal e dá outras providências. — Sessão: 14-7-92.

Mensagem aprovada relativa à escolha de autoridade:

— Mensagem nº 235, de 1992 (nº 236/92, na origem), de 23 de julho do corrente ano, pela qual o Senhor Presidente da República submete à deliberação do Senado a escolha

do Senhor Fernando Silva Alves, Ministro de Segunda Classe, da Carreira de Diplomata, para exercer a função de Embaixador do Brasil junto ao Reino Hachemita da Jordânia. — Sessão: 29-7-92.

ATA DA COMISSÃO

COMISSÃO DIRETORA

14ª Reunião Ordinária, realizada
em 27 de julho de 1992

Às dezoito horas e trinta minutos do dia vinte e sete de julho de um mil, novecentos e noventa e dois, reúne-se a Comissão Diretora do Senado Federal, na Sala de Reuniões da Presidência, com a presença dos Excelentíssimos Senhores Senadores Mauro Benevides, Presidente, Saldanha Derzi, Terceiro Secretário, Meira Filho e Beni Veras, suplentes.

Deixam de comparecer, por motivos justificados, os Excelentíssimos Senhores Senadores Alexandre Costa, Primeiro Vice-Presidente, Carlos Alberto De'Carli, Segundo Vice-Presidente, Dirceu Carneiro, Primeiro Secretário, Márcio Lacerda, Segundo Secretário, e Iram Saraiva, Quarto Secretário.

Inicialmente, o Senhor Presidente submete ao exame dos presentes o processo relativo ao pedido formulado pela Comissão Parlamentar Mista de Inquérito que investiga "denúncias do Senhor Pedro Collor de Mello sobre as atividades do Senhor Paulo César Cavalcante Farias", no sentido de contratação da empresa de auditoria norte-americanos Kroll Associates, dos Estados Unidos.

Após debates, a matéria é aprovada por unanimidade.

A seguir, é examinado expediente aturizando ad referendum da Comissão Diretora o pagamento de adicional aos servidores, em decorrência da convocação extraordinária do Congresso Nacional.

Os presentes ratificam a decisão do Senhor Presidente.

Ainda com a palavra, o Senhor Presidente submete ao exame dos presentes, as seguintes matérias:

a) Requerimento nº 514, de 1992, no qual o Senhor Senador Pedro Simon solicita ao Senhor Ministro da Economia, Fazenda e Planejamento, informações atinentes ao pagamento de taxas por empréstimos obtidos no exterior e não utilizados.

Os presentes aprovam a matéria e a encaminham à Secretaria-Geral da Mesa para as devidas providências;

b) Requerimento nº 516, de 1992, no qual o Senhor Senador Esperidião Amin solicita ao Senhor Ministro da Previdência Social, informações atinentes às fraudes do INSS.

Os presentes aprovam a matéria e a encaminham à Secretaria-Geral da Mesa para as devidas providências;

c) Requerimento nº 518, de 1992, no qual o Senhor Senador Nelson Carneiro solicita ao Senhor Ministro das Relações Exteriores, informações atinentes às últimas promoções de Diplomatas, no período de junho/julho.

Os presentes aprovam a matéria e a encaminham à Secretaria-Geral da Mesa para as devidas providências;

d) Requerimento nº 519, de 1992, no qual o Senhor Senador Nelson Carneiro solicita a transcrição nos Anais do Senado Federal, do artigo publicado no jornal A Tarde, de 16-7-92, sob o título "CPI e impeachment".

Os presentes aprovam a matéria e a encaminham à Secretaria-Geral da Mesa para as devidas providências;

e) Requerimento nº 522, de 1992, no qual o Senhor Senador Nelson Wedekin solicita ao Senhor Ministro da Previdência Social, informações atinentes à Eletrosul e Fundação Elos.

Os presentes aprovam a matéria e a encaminham à Secretaria-Geral da Mesa para as devidas providências;

f) Requerimento nº 525, de 1992, no qual o Senhor Senador Pedro Simon solicita ao Senhor Ministro da Aeronáutica, informações atinentes às atividades cuja fiscalização cabe ao Departamento da Aviação Civil — DAC.

Os presentes aprovam a matéria e a encaminham à Secretaria-Geral da Mesa para as devidas providências;

g) Orçamento do Cegraf relativo à impressão de vinte mil exemplares do livro "Fórum Nacional sobre Reforma Fiscal", solicitada pelo Presidente da União dos Auditores Fiscais do Tesouro Nacional (Unafisco).

É designado o Senhor Terceiro Secretário para relatar a matéria;

h) Proposta de Ato da Comissão Diretora que "altera o Ato nº 4, de 1991, que disciplina a concessão de imóvel funcional a Senador".

É designado o Senhor Senador Meira Filho, Suplente da Comissão Diretora, para relatar a matéria.

Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente declara encerrada a reunião, às dezenove horas, pelo que eu, Manoel Vilela de Magalhães, Diretor-Geral e Secretário da Comissão Diretora, lavrei a presente Ata que, depois de assinada pelo Senhor Presidente, vai à publicação.

Sala da Comissão Diretora, 27 de julho de 1992. Senador Mauro Benevides, Presidente.